Relatório de ***Atividades 2025***



Articule

Diálogo e Colaboração
pela Equidade



Sumário

1. Sobre o Articule 03
2. O Articule em 2025 06

Gaepes

3. Gaepe-Brasil 18
4. Gaepe-RO 24
5. Gaepe-GO 29
6. Gaepe-Arquipélago do Marajó 34
7. Gaepe-MT 40
8. Gaepe-PI 44
9. Gaepe-RN 47

Articule: dando vida ao diálogo que transforma

O Articule nasceu em 2017 com o propósito de promover avanços na área social, com foco em quem mais precisa.

Com base na justiça social e na promoção da equidade, busca fomentar o diálogo e a colaboração entre instituições do poder público, organizações representativas e a sociedade civil, em prol de políticas públicas mais efetivas.

Sua atuação se organiza em frentes que se complementam para que sua missão se torne realidade.



Articule

Articulação

Com base em uma metodologia de articulação interinstitucional, o Articule dá vida ao seu propósito por meio dos Gabinetes de Articulação para a Efetividade da Política da Educação (Gaepes), governanças interinstitucionais que visam acelerar soluções para os desafios da gestão educacional.

Conhecimento

A produção e organização de conhecimento realizadas pelo Articule tem foco em apoiar políticas públicas focadas na redução das desigualdades.

Advocacy

Por meio da interlocução com diferentes instâncias governamentais, instituições públicas, entidades representativas e da sociedade civil,o Articule visa a promoção de ações em prol da equidade.

Gaepes: concretização de uma metodologia baseada na resolutividade

Com a premissa de que os melhores resultados advêm de um trabalho calcado em evidências e processos bem definidos, o Articule desenvolveu uma metodologia única de articulação interinstitucional.

Essa metodologia é aplicada nos Gaepes, operacionalizados em parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB).

Com foco na promoção do direito à educação com qualidade e equidade, os Gaepes reúnem gestões municipais, estaduais e federais, além de órgãos dos Sistemas de Controle Externo de Justiça, do Poder Legislativo, de universidades, de organismos internacionais, de entidades representativas, de instâncias de controle social e de organizações da sociedade civil. Juntas, essas instituições definem uma agenda comum e constroem ações articuladas para solucionar desafios da educação pública. A iniciativa tem gerado resultados concretos desde sua implementação em 2020, como projeto piloto em Rondônia, por meio de uma parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RO).

Instalação:

- Parceria com Tribunal de Contas para implantação.
- Mapeamento do ambiente de diálogo interinstitucional no território.
- Mobilização das instituições em torno de um compromisso formal.

Início dos trabalhos

- Definição coletiva de uma agenda comum de temas prioritários.

A cada reunião são trazidos:

- Diagnóstico prévio: mapeamento do contexto para reduzir assimetria de informações.
- Momento técnico: identificação de boas práticas e apoio de especialistas.
- Diálogo interinstitucional para construção de ações articuladas, com encaminhamentos e responsáveis.
- Monitoramento constante das ações articuladas em andamento.

Palavras da liderança



Alessandra Gotti
Presidente-executiva

O ano de 2025 reafirmou a nossa força como espaço de articulação qualificada, incidência técnica e produção de conhecimento aplicado à gestão pública da educação brasileira, com resultados concretos. Ampliamos nossa rede de parceiros, intensificamos nossa atuação junto a atores fundamentais para a política pública nacional.

Expandimos, ainda, nossa capacidade de apoiar estados e municípios com evidências, diálogo institucional e soluções concretas. Novamente, alcançar 100% dos municípios brasileiros e o Distrito Federal no Levantamento Nacional Retrato da Educação Infantil 2025, evidencia o potencial do trabalho conjunto entre diferentes áreas do setor público e da sociedade civil.

Avançamos na consolidação e na expansão dos Gaepes, fortalecendo agendas necessárias para a qualidade e a equidade na educação, como a educação infantil, a alfabetização, a educação inclusiva, a educação integral, a conectividade, a infraestrutura e a gestão.

Esses resultados só foram possíveis graças ao trabalho colaborativo com os Tribunais de Contas, Ministérios Públicos, Defensorias, Tribunais de Justiça, Legislativos, secretarias e conselhos de educação, gestoras e gestores municipais, bem como todos os demais parceiros de entidades representativas e da sociedade civil. Foram também fruto do compromisso de uma equipe técnica altamente qualificada e engajada.

Em 2026, seguiremos focados na expansão dos Gaepes e continuaremos fomentando a colaboração interinstitucional como estratégia para que o país avance na efetividade das políticas públicas, com foco na equidade.



Priscila Cruz
Presidente do Conselho de Fundadores e membro do Conselho de Gestão

“O trabalho que o Articule realiza, de promover o diálogo e fomentar a colaboração, é fundamental no cenário atual, num mundo em que é tão necessário que a gente se entenda, escute, respeite e alinhe prioridades. Os Gaepes, nesse sentido, são um laboratório muito importante de democracia, pois se baseiam na tecnologia mais básica da humanidade: o diálogo. Em 2025 vimos o Instituto ampliar sua atuação e se fortalecer entre atores de alta relevância para a política educacional, apresentando resultados de grande impacto. Que bom que existe o Articule e o trabalho dos Gaepes para fazer a educação realmente chegar onde precisa chegar.”

Rogério Góes
Coordenador do Conselho de Gestão

“Em 2025, o Articule demonstrou um amadurecimento institucional consistente. O fortalecimento dos processos internos, a adoção de ferramentas mais estruturadas de gestão e o aprimoramento contínuo de sua metodologia própria de articulação ampliaram a capacidade de entrega da organização. Associados a uma equipe comprometida e altamente qualificada, esses avanços têm permitido que, ano após ano, o Instituto alcance resultados mais consistentes, mensuráveis e de maior impacto para a efetividade das políticas educacionais no país.”



O Articule em 2025

O ano foi de fortalecimento institucional e consolidação de parcerias estratégicas — dois aspectos centrais na mobilização de ações em prol da educação pública com qualidade e equidade.

Foram marcos, nesse sentido, a realização do I Encontro Nacional Gaepes, que reuniu lideranças potentes no cenário da gestão pública - de ministro a especialistas - e também da articulação envolvendo a segunda edição do levantamento nacional Retrato da Educação Infantil no Brasil, que foi incorporada como política pública e novamente atingiu 100% de participação municipal, oferecendo uma fotografia mais detalhada da situação da gestão na etapa que compreende creches e pré-escolas.

Outro destaque do ano foi a publicação do "Guia para a expansão qualificada de vagas na educação infantil", material destinado a quem atua na gestão educacional e precisa lidar com o desafio da ampliação do atendimento, com foco em creches.

Confira a seguir as principais ações do Articule em 2025!



Destaques do I Encontro Nacional Gaepes

O primeiro evento para reunir e compartilhar as experiências dos Gaepes ocorreu em 24 de abril de 2026 e foi realizado pelo Articule, com apoio do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Fundação Marcopolo, além da parceria da Atricon, do IRB e do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC). Sediado no Instituto Serzedello Corrêa (Escola de Contas do TCU), o encontro reuniu lideranças de diferentes áreas do setor público e da sociedade civil, que além de conhecer iniciativas desenvolvidas no âmbito dos Gaepes, debateram desafios para a efetividade das políticas educacionais e caminhos para enfrentá-los.

A abertura do evento foi feita pelo rapper e educador gaúcho Chiquinho Divilas, que apresentou um relato emocionado de sua trajetória, exemplificando como a educação pode salvar vidas. Ele também cativou o público com rimas e batidas, envolvendo a plateia com grande energia.

A apresentação de Chiquinho deu o tom que permeou todo o encontro: o da urgência de garantir a todas as crianças e jovens uma educação de qualidade, com foco na redução das desigualdades.

O diálogo interinstitucional como chave para uma educação de qualidade

A conversa entre a presidente-executiva do Articule, Alessandra Gotti, e o ministro do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, tratou da importância da articulação entre diferentes instâncias do governo para a efetividade da educação pública, com ênfase na colaboração entre educação, assistência social e saúde.



Como os Gaepes têm contribuído para a efetividade da política educacional

O primeiro painel aprofundou o debate sobre o papel dos Tribunais de Contas no fomento à colaboração interinstitucional para garantir uma educação pública de qualidade. Foi ressaltada a essência dos Gaepes como espaços que geram soluções colaborativas para problemas históricos da educação brasileira.

A mediação foi de Priscila Cruz (Todos Pela Educação), com participação de Alessandra Gotti, Cezar Miola (Atricon), Fabrício Motta (Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás) e Paulo Curi Neto (TCE-RO).



Articulação interinstitucional como ingrediente-chave para o regime de colaboração na alfabetização

Ao final da manhã, o foco foi o compartilhamento da experiência de Rondônia na política de alfabetização e de como o Gaepe a apoiou. Também foram debatidos caminhos para fortalecer a articulação interfederativa, com ênfase na superação de desafios estruturais que comprometem o direito das crianças à alfabetização na idade certa.

Com mediação de Rejane Dias (Tribunal de Contas do Piauí), participaram Rita Paulon (consultora do TCE-RO), Fátima Gavioli (Secretaria de Estado da Educação de Goiás) e Kátia Schweickardt (Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC).



Articulação interfederativa como motor da equidade - a experiência do Pacto pela Transformação do Marajó

O painel apresentou a experiência do Gaepe-Arquipélago do Marajó no enfrentamento dos enormes desafios sociais, territoriais e institucionais vividos na região. As discussões evidenciaram que ações integradas e articulações contínuas entre instituições dos níveis municipal, estadual e federal são fundamentais para enfrentar desigualdades históricas.

A mediação foi de Tatiana Bello (Articule), com participação de Fernanda Pacobahyba (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE), Anita Gea Martinez Stefani (MEC), André Dias (Ministério de Minas e Energia) e Ann Pontes (Tribunal de Contas dos Municípios do Pará).



Como as experiências de articulação interinstitucional contribuem para a garantia do direito à educação

Com o objetivo de apresentar estratégias concretas para ampliar o acesso, enfrentar a exclusão escolar, fortalecer a equidade e melhorar a qualidade da educação básica, as pessoas participantes destacaram ainda, como a construção coletiva, o uso de dados, a escuta qualificada e a pactuação entre entes federativos são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes.

Mediado por Mônica Pinto (Unicef), o painel contou com Rita Coelho (MEC), Renata Carvalho (TCU), Hélvia Paranaguá (Conselho Nacional dos Secretários de Educação – Consed), Felipe Michel Braga (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação – Foncede), Manoel Humberto Gonzaga Lima (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – Uncme) e Sandra Helena Ataíde Lima (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime – seccional Pará).



Biênio da primeira infância: construção de soluções a partir do diálogo interinstitucional

A partir dos casos da Central de Vagas em Rondônia, da inclusão da educação infantil no orçamento estadual em Mato Grosso e de uma estratégia do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para garantir acesso mais célere e equitativo à etapa, lideranças do Legislativo, do Sistema de Justiça e de órgãos do Sistema de Controle Externo discutiram como o diálogo interinstitucional tem sido chave para romper com a fragmentação das ações e garantir que a primeira infância esteja no centro da agenda pública.

Com mediação de Vital Didonet (Rede Nacional Primeira Infância), participaram Antonio Joaquim (Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso), João Luiz Botega (Comissão da Infância, Juventude e Educação do CNMP), Késia de Abrantes (Defensoria Pública do Estado de Rondônia) e a senadora Teresa Leitão.



Assista ao evento na íntegra, no canal do Articule no Youtube!

Um retrato a muitas mãos

Outro destaque do ano foi a articulação e o apoio para a realização do levantamento nacional "Retrato da Educação Infantil no Brasil 2025". A iniciativa, realizada desde 2024 pelo MEC e pelo Gaepe-Brasil, contou com o apoio do Articule na elaboração do questionário, na análise dos dados e na produção do relatório, por meio da frente de produção de conhecimento.



Da esq.: Kátia Schweickardt (MEC), Alessandra Gotti (Articule) e Alexsandro Santos (MEC)

A realização do evento que marcou o lançamento dos resultados da pesquisa também contou com colaboração direta da equipe do Instituto, na frente de advocacy, contribuindo para a produção, organização e divulgação do "Seminário Nacional Educação Infantil - Diagnóstico e Ação", iniciativa do MEC, em parceria com o Gaepe-Brasil, e apoio do Articule, da Atricon e do IRB (saiba mais no capítulo Gaepe-Brasil).

O apoio do Articule nessas frentes reforçou seu propósito, fortalecendo uma ação que favorece maior articulação entre União, estados e municípios por meio de um instrumento — o Retrato — que visa apoiar a gestão na educação infantil. Adicionalmente, a atuação reforçou a colaboração entre governo e sociedade civil, com foco em dar mais centralidade e agilidade às ações em prol dessa etapa educacional.

Um guia para ajudar gestores a trilharem o caminho do planejamento

Garantir o acesso de qualidade ainda é um dos maiores desafios enfrentados pelos municípios brasileiros, especialmente na etapa da creche. A alta demanda por vagas, somada à necessidade de infraestrutura adequada, profissionais qualificados e financiamento sustentável, exige das gestões locais planejamento estratégico e ação coordenada.



Para contribuir com esse contexto, o Articule desenvolveu o "Guia de expansão qualificada de vagas na educação infantil – foco em creches", uma publicação inédita que reúne diretrizes, boas práticas e experiências exitosas para apoiar pessoas em cargo de gestão no setor público no planejamento e na execução de políticas voltadas à ampliação do acesso à educação infantil no Brasil. A publicação contou com a contribuição de gestoras e gestores, pesquisadoras e pesquisadores e profissionais do setor público e do terceiro setor envolvidos com a política educacional.

O lançamento ocorreu durante o I Encontro Nacional Gaepes. Na ocasião, também foi anunciada a Nota Recomendatória Conjunta 01/2025, assinada pela Atricon, pelo IRB e pelo CNPTC, que aborda o planejamento e o acompanhamento orçamentário voltados para a primeira infância e traz o Guia do Articule como documento a ser observado.

Parcerias estratégicas

O ano também foi marcado pela ampliação de sua rede de articulação. O Articule passou a integrar a coalizão Educação Já Municípios, iniciativa do Todos Pela Educação que conta com outras 26 organizações da sociedade civil.

Como única organização que atua com o tema "Articulação interinstitucional e interfederativa", o Instituto contribuiu para o fortalecimento dessa agenda a partir do que é realizado nos Gaepes.

Como integrante dessa iniciativa, o Articule apoiou e participou do "Educação como Prioridade: 2º Encontro de Prefeitos(as) de Capitais e Grandes Cidades no Ciclo 2025–2028", realizado em Brasília, que discutiu compromissos, experiências, resultados e caminhos para avançar na garantia de educação de qualidade, com equidade.

Reconhecimento oficial

Pelo trabalho desenvolvido à frente do Articule, a presidente do instituto, Alessandra Gotti, foi condecorada com a Ordem Nacional do Mérito Educativo, no grau de Oficial. Criada em 1955 e regulamentada pelo Decreto nº 4.797/2003, a condecoração reconhece personalidades nacionais e estrangeiras que tenham se distinguido por uma atuação excepcional voltada à melhoria da qualidade e equidade na educação.





I Reunião Integrada dos Gaepes

A primeira Reunião Integrada dos Gaepes foi outra ação de destaque em 2025. O encontro online reuniu representantes do MEC e do Inep para apresentar e tirar dúvidas de integrantes das governanças sobre a Prova Nacional Docente (PND).

Com a participação de integrantes de todos os Gaepes instalados em territórios, a reunião permitiu o esclarecimento de dúvidas operacionais e jurídicas sobre o uso da prova, reforçando o papel dos Gaepes como espaços estratégicos de articulação intersetorial e apoio à gestão educacional nos estados.

Destaques dos Gaepes em 2025

Em 2025, sete Gaepes estavam em operação: seis deles em territórios, promovendo a colaboração entre instituições locais, e o Gaepe-Brasil, atuando na esfera federal. A atuação dos Gaepes regionais incide, diretamente, em cerca de 847 municípios e, a do Gaepe-Brasil, indiretamente, em todos os municípios brasileiros.

Os Gaepes atuaram como espaço técnico-político de coordenação, monitoramento e indução de soluções, com forte ênfase na superação de gargalos administrativos e na articulação entre políticas federais, estaduais e municipais.

COMO O ARTICULE IMPACTA OS TERRITÓRIOS POR MEIO DOS GAEPES

Gaepe-Brasil

- Continuidade do levantamento nacional Retrato da Educação Infantil no Brasil, em parceria com o MEC, agora incorporado como parte do Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (Conaquei). A iniciativa teve, pelo segundo ano consecutivo, resposta de 100% dos municípios brasileiros.
- Aprofundamento do debate sobre educação especial inclusiva, com a realização da primeira reunião presencial do Gaepe-Brasil focada no tema.

Gaepe-RO

- Mobilização das gestões municipais: "Encontro Rondônia pela Educação" e o advocacy pela Carta de Compromissos pela Educação em Rondônia, assinada por 100% dos prefeitos rondonienses
- Fortalecimento da gestão na educação infantil: consolidação da implementação da Central de Vagas em Creches, sob liderança da Defensoria Pública do Estado, com adesão de todos os municípios; e formação oferecida pelo Tribunal de Contas (TCE-RO) a secretarias municipais de educação, com foco em planejamento, gestão da oferta e uso de dados.
- Alfabetização: acompanhamento da governança que induziu maior alinhamento entre avaliação, formação e gestão pedagógica.



Conselheiro Edilson Silva, presidente da Atricon

"No setor público temos cada uma das instituições procurando fazer o seu melhor, mas muitas vezes, esbarram em visões conflitantes, na falta de alinhamento sobre determinados assuntos. Com os Gaepes, essa iniciativa idealizada pelo Instituto Articule e realizada em parceria com a Atricon e o Instituto Rui Barbosa, temos esse fórum permanente de diálogo que traz à mesa todos os atores envolvidos na educação para discussões técnicas, embasadas por dados, evidências e pela garantia do direito das crianças e jovens. Aí entra o poder transformador, conectado o ideal de país que cada um que tem, com foco em gerar resultados."

Gaepe-GO

- Mobilização das gestões municipais: realização do “I Fórum Gaepe-GO” e assinatura do Pacto Interinstitucional pela Educação em Goiás.
- Expansão de vagas na educação infantil: produção de estudo técnico para quantificar recursos necessários à expansão de vagas na educação infantil, e articulação com o Legislativo e Executivo estadual, liderada pelo Ministério Público (MP-GO), Ministério Público de Contas (MPC/TCM) e Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO), resultando no compromisso da Seduc-GO com a destinação de R$ 5 milhões para ampliação de creches em municípios de pequeno e médio porte.
- Equidade e transparência no acesso à creches: criação da Central de Vagas em Creches, a partir da articulação liderada pelo TCM-GO e DPE-GO, junto à Secretaria de Estado da Educação.

Gaepe-MT

- Emitida uma nota recomendatória pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT) com 13 diretrizes sobre o acesso ao Atendimento Educacional Especializado.
- Continuidade da atuação na educação infantil: articulação, liderada pelo TCE-MT, resultou na ampliação do valor do edital divulgado pelo governo estadual para destinar recursos a municípios para ampliação de vagas em creches.
- Articulação interfederativa: série de reuniões com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), promoveram alinhamento sobre uso de recursos para obras de creches, garantindo maior segurança jurídica aos entes.
- Fruto colhido: inauguração da creche em Poconé, primeira obra retomada e finalizada com recursos do fundo estadual articulado no âmbito da governança.

Gaepe-Arquipélago do Marajó

- Mobilização: mais de 50 instituições assinaram o Pacto Interinstitucional pela Educação no Arquipélago do Marajó 2025–2028.
- Fortalecimento da gestão escolar: apoio aos gestores para destravamento de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), com solução de 54% das pendências, beneficiando mais de 180 mil estudantes.
- Formação continuada de professoras e professores que atuam em turmas multisseriadas: 65% das 1.620 pessoas docentes previstas no projeto já impactadas.
- O primeiro Plano Regional Intersetorial de Educação: em parceria com o MEC, os 18 municípios do Arquipélago iniciaram a construção do primeiro plano regional em paralelo ao debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE).

Gaepe-PI

- Institucionalização da Busca Ativa Escolar como política pública permanente, por meio de uma nota técnica com recomendações às redes de ensino.
- Indução à fidedignidade do preenchimento do Censo Escolar, via nota técnica, buscando evitar impactos negativos no acesso das redes a programas federais.

Gaepe-RN

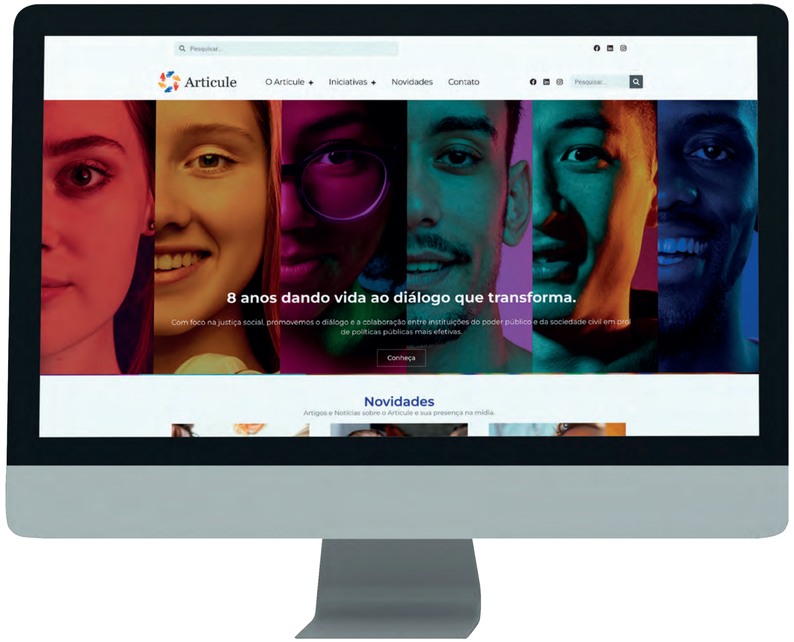
- Mobilização de mais de 30 instituições do estado para a assinatura do “Pacto pela Educação”, assumindo compromisso com o Gaepe-RN.
- Fortalecimento da política de educação integral, apoiando pessoas em cargo de gestão na compreensão das diretrizes nacionais, na organização da oferta e na qualificação da implementação nos municípios.
- Orientação sobre planejamento de expansão de vagas na educação infantil a gestões municipais e estaduais por meio de nota técnica.

Comunicação: foco no fortalecimento institucional e mão na massa

Além do apoio às ações institucionais e técnicas do Instituto, duas mudanças importantes marcaram a atuação da área de Comunicação em 2025.

A primeira delas diz respeito ao fortalecimento institucional. Para modernizar e conectar a marca a dinâmicas mais digitais e ágeis, o Articule atualizou sua logomarca, melhorando sua aplicabilidade em diferentes tipos de mídia e reforçando elementos como pluralidade, diversidade e colaboração, que estão no DNA do Instituto. A identidade visual do site também foi atualizada, buscando refletir, além desses valores, características como clareza, transparência e resolutividade.

A segunda mudança estruturante foi a aproximação com as atividades dos Gaepes e a articulação com as assessorias de comunicação dos Tribunais de Contas e demais parceiros do Articule, que se tornou mais efetiva, possibilitando ao Instituto apoiar mais concretamente a realização de eventos e ampliar parcerias em ações de comunicação.



Na comunicação digital, o Articule aprimorou o uso de dados para melhorar o desempenho em redes sociais, assumindo uma postura de geração de conteúdo e buscando traduzir temas complexos em narrativas mais acessíveis e de alto valor público.

No campo da imprensa, o Articule manteve presença em veículos de comunicação tradicionais, reforçando a valorização da informação correta, apurada e crítica, papel do jornalismo profissional.

Redes sociais: resultados gerais e destaques

A atuação nas mídias digitais se baseou em quatro eixos de conteúdo sustentados por uma estratégia de colaboração (collabs) no Instagram, que permitiu ao Articule extrapolar sua própria bolha mesmo com uma atuação 100% orgânica. As parcerias nas postagens proporcionaram 273 novos seguidores, aproximadamente 30% do crescimento total da rede.

Visão geral da evolução nas redes sociais

Instagram: 132,2 mil pessoas alcançadas (crescimento de 454,1% sobre 2024); 320 mil visualizações; 929 novos seguidores orgânicos. A eficiência da página também cresceu: 133 cliques no link da bio (aumento de 171,4%).

Linkedin: 30.799 impressões e 404 novos seguidores qualificados, que passaram a integrar um público composto majoritariamente por profissionais da Administração Pública (11,8%), Comunicação (10,4%) e Educação (5,7%).

Facebook: presença complementar, com 2 mil visualizações e aumento de 174,5% nas visitas à página.

Destaques do ano

1. **Cobertura de eventos e divulgações:** dar visibilidade a ações institucionais conectadas com o interesse público.

   O maior alcance do ano foi realizado pelo post de prorrogação do prazo de coleta do "Retrato da Educação Infantil", no Instagram, feito em collab com MEC, RNPI e Undime, que atingiu 107.170 visualizações e alcançou 43.813 perfis. O mesmo tema também gerou o post que mais trouxe seguidores e engajamento: a divulgação dos dados do levantamento, em collab com MEC, IRB, Undime e Uncme, agregou 122 novos perfis à base e 373 compartilhamentos.

   A cobertura de eventos de mobilização de atores institucionais nos territórios dos Gaepes também se destacou. O lançamento do Gaepe-RN, por exemplo, rendeu 22 novos seguidores.



2. **Experiência e presença territorial:** trazer histórias reais e resultados palpáveis dos Gaepes.

   Os vídeo-cases de Rondônia, sobre a Central Única de Vagas de Creches, e do Marajó, sobre formação de professoras e professores para turmas multisseriadas, tiveram, respectivamente, mais de 1,4 mil e 1 mil perfis alcançados, com aproximadamente 50 interações cada.

3. **Tradução do conhecimento:** transformar relatórios densos, notas técnicas e audiências públicas em conteúdo dinâmico para as redes.

   Em Goiás, um collab com o TCM-GO, que explicava a estimativa de custo para ampliação de vagas em creche feita pelo Gaepe-GO, atingiu 3.006 visualizações e 45 interações.

4. **Fortalecimento institucional:** fortalecer a marca, explicar o que o Articule faz e construir reputação. Datas comemorativas e pautas de oportunidade foram utilizadas para posicionar os valores do Articule, mantendo presença no debate público. O post de "Dia das Mães", que conectou a valorização da maternidade à necessidade educacional e assistencial para as crianças, chegou a 1.251 visualizações.

   Com foco nesse eixo, o Linkedin teve como destaque a citação da professora Gabriela Lotta aos Gaepes, em audiência pública sobre Reforma Administrativa na Câmara dos Deputados, que gerou 3.164 impressões, 1.446 visualizações e uma taxa de engajamento de 14,92%. Além disso, repercutiu também a fala de Ricardo Henriques, do Instituto Unibanco, em audiência sobre o Plano Nacional de Educação, que alcançou 845 impressões, 359 visualizações e taxa de 12,66% de engajamento.

   Movido pelo fortalecimento de pautas fundamentais, o Articule também participou da mobilização digital "Agosto Verde: Primeira Infância é pra Vida Toda", liderada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que contou com outras 113 organizações.

Imprensa: destaques do ano na mídia jornalística

A divulgação da primeira edição do "Retrato da Educação Infantil no Brasil" extrapolou o ano de 2024, com diversas menções aos dados em 2025. A articulação da área técnica do Articule para disseminação das informações do levantamento teve grande impacto nisso. Uma das repercussões ocorreu, por exemplo, com a divulgação do relatório "Panorama da Educação Infantil no Brasil", do Todos Pela Educação, divulgado em agosto.

As ações realizadas nos territórios com os Gaepes, como os encontros com lideranças estaduais e municipais em Rondônia, Goiás, Pará (referente ao Arquipélago do Marajó) e Rio Grande do Norte, também repercutiram, apoiando a mobilização das instituições locais.



Trabalho em equipe e resolutividade

Ao longo de 2025, o Articule demonstrou um amadurecimento institucional que se refletiu em entregas capazes de impactar positivamente a política pública educacional do país, fomentando mais equidade na garantia de um direito social fundamental: a educação de qualidade. Em 2026, a equipe do Instituto estará ainda mais alinhada aos objetivos organizacionais e às ações em prol da garantia de direitos, em especial de pessoas em situação de maior vulnerabilidade.



Equipe do Articule em reunião de Planejamento Estratégico com a consultora Fabiana Toyama.

Conheça a equipe Articule

Equipe Executiva



Alessandra Gotti
Presidente-executiva



José Mauricio Avilla Carvalho
Coordenador de conhecimento



Bárbara Alcântara
Analista de Comunicação



Rogério Góes
Coordenador do Conselho de Gestão



Bárbara Benatti
Assessora de Comunicação e Relações Públicas



Tatiana Belo Djrdjrjan
Coordenadora-Geral



Jocimara Pereira dos Santos Neves
Analista administrativa financeira



Willer Moravia
Articulador

Governança

Conselho de Gestão

Rogério Góes
Coordenador

Alessandra Passos Gotti
Angela Dannemann
Camila Pereira
Fernando Luiz Abrucio
Ismar Barbosa Cruz
José Mário de Paula Ribeiro Júnior
Maria Paula Dallari Bucci
Marise de Sá de Luca
Nina Beatriz Stocco Ranieri
Priscila Cruz

Conselho Fiscal

José Mário de Paula R. Júnior
Presidente

Marise de Sá de Luca

Conselho Científico

Nina Beatriz Stocco Ranieri
Presidente

Flávia Piovesan
Gustavo Andrey de Almeida Lopes Fernandes
Maria Paula Dallari Bucci
Patrícia Ulson Pizarro Werner
Paulo Sérgio Domingues

Conselho de Pessoas

Alessandra Passos Gotti
Presidente

Maria Lucia Meirelles Reis
Priscila Cruz
Rogério Góes

Conselho de Fundadores

Priscila Cruz
Presidente

Ana Claudia Pires Teixeira
Antonio Carlos Ozorio Nunes
Carlos Alberto Cruz Filho
Elias Marques de Medeiros Neto
Fernando Corrêa
Flavia Piovesan
Gustavo Andrey de A. L. Fernandes
Ismar Barbosa Cruz
José Eduardo Ciotola Gussem
José Mário de Paula R. Júnior
Júlio Trecenti
Marcelo Fortes Barbieri
Maria Lucia Meirelles Reis
Maria Paula Dallari Bucci
Marise de Sá De Luca
Mozart Neves Ramos
Nina Beatriz Stocco Ranieri
Paulo Sérgio Domingues
Patricia Ulson Pizarro Werner
Roberta Muniz Codignoto
Rogério Góes
Samuel Alves de Melo Junior
Thamara Cunha Medeiros
Tito Hesketh
Vanderci Álvares

Sócios Efetivos

Angela Dannemann
Arthur Paku Ottolini Balbani
Camila Pereira
Carlos Frederico Jorge Gomes
Rodolfo Guttilla



GAEPE-BRASIL

Colaboração como premissa na política nacional para educação

Fruto de uma parceria entre o Articule, a Atricon e o CTE-IRB, o Gaepe-Brasil foi instalado em 21 de abril de 2021. Desde então, a governança vem se fortalecendo, ano a ano, como um espaço nacional de diálogo e colaboração interinstitucional voltado à efetividade das políticas educacionais. Em 2025, manteve o foco na continuidade do trabalho com educação infantil e aprofundou os debates sobre educação especial na perspectiva da educação inclusiva, pavimentando o caminho para ações concretas em 2026.

O principal do ano foi a realização da segunda edição do levantamento nacional Retrato da Educação Infantil no Brasil, que, novamente, contou com a participação de 100% dos municípios brasileiros.

Gaepe-Brasil

Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação no Brasil

Composição 2025

- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON)
- Colégio Nacional das Defensoras Públicas e Defensores Públicos Gerais (Condege)
- Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)
- Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
- Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC)
- Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPG)
- Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede)
- Instituto Articule
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme)
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)
- Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC)
- Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon)
- Confederação Nacional dos Municípios (CNM)
- Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal (FMCSV)
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)
- Ministério da Educação (MEC)
- Rede Nacional de Frentes Parlamentares da Primeira Infância
- Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)
- Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União (AudEducação/TCU)
- Todos Pela Educação

TEMAS EM FOCO



- Transparência da lista de espera e priorização de vagas na educação infantil
- Retrato da Educação Infantil 2025
- Educação especial na perspectiva da educação inclusiva

Educação infantil no centro da agenda nacional

A participação integral dos municípios no Retrato da Educação Infantil no Brasil 2025, foi resultado do esforço conjunto do MEC e das instituições que integram a governança, além de tantas outras que esse grupo conseguiu mobilizar, como os Tribunais de Contas, as secretarias estaduais e municipais de educação, os conselhos estaduais e municipais, os fóruns estaduais de educação e as regionais do Movimento Interfóruns de Educação Infantil.

Maior diagnóstico já realizado sobre demanda e oferta de creches e pré-escolas no país, o levantamento foi reconhecido pelo MEC como instrumento estratégico para o desenvolvimento das políticas de educação infantil e incorporado como ação do Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (Conaquei).

Os dados foram divulgados no Seminário Nacional Educação Infantil – Diagnóstico e Ação, que marcou o lançamento oficial do Conaquei, em 10 de dezembro, no auditório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em Brasília. O evento, realizado pelo MEC com apoio do Articule, da Atricon e do IRB, reuniu autoridades, integrantes do Gaepe-Brasil, especialistas e lideranças ministeriais em momentos solenes e debates sobre desafios e caminhos para avançar no planejamento e no financiamento da educação infantil, com qualidade e equidade.

Seminário Nacional Educação Infantil – Diagnóstico e Ação

Com grande representatividade institucional, a mesa de abertura contou com Kátia Schweickardt e Alexsandro do Nascimento Santos (SEB/MEC), Edilberto Carlos Pontes Lima (IRB), Edson Ferrari (Atricon), Maria Elza da Silva (Undime), Celi Corrêa Neres (Foncede), Manoel Humberto Gonzaga Lima (Uncme), Henrique Pimentel (Consec) e Alessandra Gotti (Articule). A seguir, momentos de destaque do evento.

Retrato Nacional da Educação Infantil: o que nos dizem os dados?

A apresentação dos resultados do levantamento foi realizada por Alessandra Gotti e Valdoir Pedro Wathier, titular da Diretoria de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica (Dimam), ligada à SEB/ MEC. Entre os destaques:

- 52,1% dos municípios reconheceram possuir demanda não atendida em creche.
- 826,3 mil solicitações de vagas em creches não atendidas.
- 20,1% dos entes reconhecem a existência de crianças de 4 e 5 anos fora da escola; entre os 22% que fazem esse monitoramento, há 76.948 crianças não matriculadas na pré-escola.

Financiamento da educação infantil: perspectivas e oportunidades

O painel abordou os recursos do Fundeb, o papel das emendas parlamentares, alternativas legislativas de financiamento e o panorama do ICMS educacional, além da oportunidade de incluir indicadores de educação infantil na regulamentação do IBS educacional.

Com mediação de Alexsandro, participaram Carlos Sanches, Valdoir Pedro Wathier (Dimam/ MEC) e João Luiz de Carvalho Botega (CNMP). O debate enfatizou que, embora o financiamento tenha avançado, é necessário aprimorar a gestão e os mecanismos de indução para garantir acesso e qualidade com equidade.







Planejamento da expansão de vagas na educação infantil com qualidade e equidade

No primeiro painel da tarde, foram lançados três cadernos do MEC — apresentação do Conaquei, diagnóstico da educação infantil e o Guia de Expansão de Vagas em Creche. Debateram-se o uso de dados do CadÚnico para priorização de vagas, o Sistema MEC Gestão Presente na Educação Infantil e o Novo PAR.

Mediado por Alessandra, o painel contou com Mariana Luz (FMCSV), Anita Gea Martinez Stefani (MEC) e Alexsandro, e destacou a necessidade de fortalecer a capacidade de gestão municipal com ferramentas e estratégias para um planejamento equitativo.

Conaquei como indutor de uma agenda comum na educação infantil

Com participação de Alexsandro e Rita de Cássia Coelho (MEC), a mesa marcou o lançamento oficial do Conaquei e a instalação do Comitê Estratégico Tripartite da Educação Infantil, com a posse das pessoas indicadas.





Conselheiro Cezar Miola, vice-presidente de relações institucionais da Atricon

"Ao orientar seu propósito para resultados concretos e impacto social, o TCE-RO reafirma que políticas públicas só geram transformação quando são efetivas e voltadas às pessoas. Escrevemos, assim, um novo capítulo virtuoso da história de Rondônia, em que o Tribunal e o Gaepe caminham juntos para acolher a educação como missão pública essencial, apoiando gestores na construção de políticas educacionais mais sólidas, inclusivas, equitativas e capazes de garantir às nossas crianças e jovens oportunidades reais de desenvolvimento e futuro".

Frentes de trabalho pela educação infantil: do diagnóstico à ação

O diagnóstico é um passo fundamental, mas a atuação do Gaepe-Brasil em 2025 foi além da produção e divulgação de dados. A partir da análise dos resultados da primeira edição do *Retrato da Educação Infantil no Brasil,* a governança estruturou sua atuação em oito frentes de trabalho, orientadas para a indução de políticas públicas e o apoio às redes de ensino na superação dos principais desafios identificados.

1. Aprofundamento da análise e divulgação dos dados

Além da ampla repercussão na imprensa, os dados do "Retrato da Educação Infantil no Brasil" passaram a subsidiar publicações de referência no campo educacional, como o "Anuário Brasileiro da Educação Básica" e o relatório "Panorama do acesso à Educação Infantil no Brasil", ambos do Todos Pela Educação. Essa incorporação contribuiu para ampliar o uso qualificado das informações por gestores, órgãos de controle e formuladores de políticas públicas.

2. Plano de expansão de vagas

Como desdobramento direto dos achados do levantamento, o Articule elaborou o "Guia de expansão qualificada de vagas na educação infantil – foco em creches". A publicação contou com a colaboração de profissionais que atuam na política educacional, incluindo gestoras e gestores municipais, lideranças do MEC, especialistas e integrantes de órgãos de controle externo, oferecendo orientações práticas para apoiar o planejamento e a execução da expansão do atendimento com qualidade e equidade.

3. Priorização equitativa do acesso /
4. Transparência e digitalização /
5. Busca Ativa Escolar

Essas três frentes foram abordadas de forma articulada na Manifestação Gaepe-Brasil nº 01/2025, divulgada no início do ano, com orientações às redes de ensino sobre critérios de priorização de vagas, transparência das listas de espera e estratégias para identificação e reinserção de crianças fora da escola. Com base nos dados do "Retrato", o Acórdão TCU nº 595/2025 também tratou desses e de outros aspectos centrais da gestão da educação infantil. Nesse contexto, o Articule participou, representando a governança, do 1º Evento sobre o Mapeamento da Demanda e Otimização da Oferta de Vagas em Educação Infantil com Qualidade e Equidade, promovido pelo MEC.

6. Priorização orçamentária

Em parceria com a Rede Nacional de Frentes Parlamentares da Primeira Infância (RNFPI), foi realizado um evento online para discutir como as Assembleias Legislativas Estaduais podem atuar na garantia do direito à creche. A atividade contou com a participação de parlamentares e representantes parlamentares de 12 estados, além de integrantes da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância e de Tribunais de Contas. Outra contribuição relevante foi a participação do Articule no Seminário Nacional sobre ICMS educacional, trazendo ao debate os desafios da expansão e qualificação do atendimento e da transição no mecanismo de financiamento com a mudança do ICMS para o IBS.

7. Novas gestões municipais

Considerando o contexto de transição administrativa em muitos municípios, a mobilização de novas gestoras e gestores foi trabalhada a partir da atuação dos Gaepes nos territórios, bem como por meio da apresentação do Articule na XXVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, ampliando o diálogo com lideranças municipais sobre os desafios e caminhos para a educação infantil.

8. Qualidade da educação infantil

Para contribuir com a implementação das normativas de qualidade e equidade, os dados do "Retrato da Educação Infantil no Brasil" foram apresentados pelo Articule nos Seminários Regionais sobre os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil, promovidos pelo MEC. Essa frente buscou apoiar as redes no alinhamento entre expansão do acesso, condições de oferta e garantia dos direitos das crianças.

A necessidade de articulação pela educação especial inclusiva

Em 2025, a educação inclusiva ganhou centralidade na agenda do Gaepe-Brasil, com oito frentes de trabalho definidas pela governança:

1. Garantia de acessibilidade infraestrutural
2. Oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE)
3. Formação de professoras, professores e profissionais da educação
4. Definições sobre profissionais de apoio escolar
5. Desenvolvimento de Planos Educacionais Individualizados (PEI)
6. Acesso e permanência
7. Fortalecimento da integração intersetorial
8. Desafios na coleta de dados



Primeira Reunião Presencial do Gaepe-Brasil teve como tema a educação inclusiva.

Das 11 reuniões ordinárias, cinco trataram diretamente dessas frentes. A 49ª reunião, realizada em 25 de agosto, marcou o primeiro encontro presencial do Gaepe-Brasil, com aprofundamento do debate sobre a integração intersetorial para a efetividade das políticas de educação especial inclusiva.

Realizado na sede da Undime Nacional, em Brasília, o encontro contou com apresentações do MEC, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, do Ministério da Saúde e da Undime Nacional, definindo ações a partir dos desafios identificados.

Em 2026, o Gaepe-Brasil seguirá apoiando municípios na garantia do direito à educação infantil e no fortalecimento da implementação das políticas de educação especial inclusiva. O ano eleitoral reforça a necessidade de mobilização para que a educação permaneça como prioridade na agenda pública nacional.



Encaminhamentos para avançar na educação especial inclusiva em 2026

1. Manifestação sobre a consolidação do modelo social da deficiência, o fortalecimento da intersetorialidade e a centralidade da educação nas atividades pedagógicas.
2. Realização de seminário nacional para ampliar o debate, ouvir diferentes vozes e harmonizar entendimentos.



GAEPE-RO

A institucionalização da colaboração no ambiente público

O Gaepe-RO foi instalado em 28 de abril de 2020, como a primeira governança interinstitucional estadual criada no país. Operacionalizado em parceria entre o Articule e o TCE-RO, consolidou-se como instância permanente de diálogo e colaboração, integrada à agenda das instituições públicas e das gestões municipais rondonienses.

Em 2025, sua atuação combinou mobilização institucional e acompanhamento de agendas estruturantes, com maior destaque para educação infantil e alfabetização. No primeiro eixo, avançou na consolidação da Central Única de Vagas em Creches, reforçando transparência, equidade e gestão baseada em dados. No segundo, atuou para fortalecer o regime de colaboração e apoiar ajustes de rota na política de alfabetização, em alinhamento com iniciativas nacionais e estaduais.

Gaepe-RO

Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação em Rondônia

Composição

- Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia (Agevisa-RO)
- Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia (Actron)
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Associação Rondoniense de Municípios (AROM)
- Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)
- Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE-RO)
- Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Rondônia (Cosems-RO)
- Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE-RO)
- Instituto Articule
- Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO)
- Ministério Públicos de Contas do Estado de Rondônia (MPC-RO)
- Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO)
- Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc-RO)
- Secretários Municipais de Educação dos 52 Municípios de Rondônia
- Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJ-RO)
- União de Câmaras e Vereadores de Rondônia (Ucaver)
- União dos Conselhos Municipais de Educação – seccional Rondônia (Uncme-RO)
- União dos Dirigentes Municipais de Educação – seccional Rondônia (Undime-RO)
- Universidade Federal de Rondônia (Unir)

TEMAS EM FOCO

- **Mobilização política**
- **Equidade e acesso à creche**
- **Alfabetização**

Educação infantil: da indução normativa à gestão baseada em dados

Os avanços na educação infantil em Rondônia podem ser exemplificados pela consolidação da Central Única de Vagas em Creches, iniciativa gestada no âmbito do Gaepe-RO e viabilizada a partir de compromisso institucional e intersetorial.

A plataforma é parte de um processo iniciado em 2021. A partir de um diagnóstico do atendimento em creche no estado realizado pelo Gaepe – que retratou a inexistência de instrumentos de gestão da fila e a profunda desigualdade no acesso para crianças em situação de maior vulnerabilidade – foi publicada a Nota Técnica 007/2021, com recomendações aos gestores municipais para organização de fila de espera, de maneira criteriosa, transparente e equânime, para acesso das crianças de 0 a 3 anos à etapa.



À esquerda (Foto: TCE-RO): workshop "Planejando a Expansão do Atendimento na Educação Infantil na Rede Municipal", promovida pelo TCE-RO / À direita (Foto: Davi Pinheiro - DCOM/DPE-RO): ação de busca ativa escolar liderada pela DPE-RO, no âmbito da Central de Vagas em Creches.

Com a educação infantil sempre em pauta, o Gaepe-RO passou a analisar práticas voltadas à gestão de vagas em creches, como a Central de Vagas em Creche de Londrina (PR). A partir de um acordo de cooperação entre TCE-RO e o IFRO foi desenvolvida a Central Única de Vagas em Creches de Rondônia, cuja implementação, sob a liderança da DPE-RO, consolidou-se em 2025 com a adesão de 100% dos municípios do estado.

A partir dos diálogos no âmbito da governança, o TCE-RO deu mais um passo para induzir a expansão qualificada de vagas. Com base em dados fornecidos pela Central de Vagas, o órgão desenvolveu uma capacitação para secretárias e secretários municipais e suas equipes técnicas, com foco no planejamento orçamentário para expansão de vagas em creches no ciclo 2026-2029. A formação se alinha à Nota Recomendatória Conjunta Atricon-IRB-CNPTC nº 01/2025, lançada no I Encontro Nacional Gaepes – juntamente com o "Guia para expansão qualificada de vagas na educação infantil", elaborado pelo Articule, que também serviu de insumo para o programa formativo.

O que é a Central Única de Vagas em Creches

Desenvolvida para promover a transparência e a equidade no acesso à creche, a plataforma tem como objetivos e benefícios:

- **Transparência e critérios objetivos:** centraliza o cadastro em filas por vagas no município, permitindo que as famílias acompanhem digitalmente sua posição a distribuição da vaga de acordo com critérios claros e objetivos,
- **Redução da judicialização:** contribui para o enfrentamento do déficit de vagas por meio de critérios gerenciais e objetivos, reduzindo disputas judiciais.
- **Planejamento estratégico**: oferece dados concretos para que os municípios planejem a expansão do atendimento.
- **Busca Ativa:** auxilia na identificação e no contato com famílias em situação de vulnerabilidade que, muitas vezes, não demandam a vaga por desconhecimento de seus direitos.

A iniciativa foi idealizada no âmbito do Gaepe-RO e liderada pelo TCE-RO em parceria com o Ifro, sendo hospedada e gerida pela DPE-RO.



União de esforços para manter avanços na alfabetização

O ano de 2025 foi um marco importante para a alfabetização em Rondônia. Acompanhado de perto pelo Gaepe-RO, o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), idealizado no bojo da governança e liderado pelo TCE-RO, foi aprimorado e passou a se articular de forma mais integrada com o Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia (Proalfa-RO).

Os resultados da avaliação diagnóstica realizada no âmbito desses programas revelaram um crescimento na média de acertos em Língua Portuguesa e Matemática para estudantes do 2º e do 3º ano do ensino fundamental entre 2024 e 2025. Ainda assim, Rondônia recuou no indicador Criança Alfabetizada do MEC - no qual havia registrado o maior avanço nacional no ano anterior.

Não foi à toa que a reunião do Gaepe-RO para debater a alfabetização no estado registrou recorde de participação, reunindo 205 pessoas, entre elas prefeitas, prefeitos, vice-prefeitos, presidentes de câmaras municipais, vereadoras e vereadores, secretárias e secretários de educação e equipes técnicas. O encontro marcou um esforço coletivo para compreender as razões do recuo no indicador e para mapear desafios e estratégias voltadas à alfabetização na idade certa.

O debate teve como objetivo fortalecer o alinhamento entre os atores da governança e a articulação interinstitucional no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), do Paic e do Proalfa-RO.

Como encaminhamentos, foram pactuadas ações como o ajuste e a intensificação do acompanhamento e do apoio técnico por parte das equipes articuladoras dos programas e da Seduc-RO, a estruturação de estratégias de reforço escolar e o engajamento político das gestões municipais para conferir prioridade à pauta. O encontro também favoreceu o compartilhamento de boas práticas adotadas por diferentes municípios

As discussões sobre alfabetização foram ainda conectadas ao Programa Avança Rondônia (Proar), ampliando o olhar para além dos anos iniciais e incorporando a agenda de correção de fluxo nas etapas seguintes. Com foco na melhoria da qualidade do ensino nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, o Proar foi apresentado pela Seduc-RO ao Gaepe-RO, que contribuiu com sugestões para seu aprimoramento.

O desafio da retomada na alfabetização

Em 2023, Rondônia foi o estado que mais cresceu no indicador de alfabetização do MEC.

2023	2024
5ª posição no ranking nacional Meta 46% | Realizado: 65%	6ª posição no ranking nacional Meta: 67% | Realizado: 63%)

A meta projetada para 2025 é **70%** das crianças com alfabetização adequada no segundo ano do ensino fundamental. Para 2030, o objetivo é alcançar **98%.**

A consolidação de uma governança com força institucional

O que torna o Gaepe-RO uma força institucional no estado é a mobilização constante das entidades e lideranças que integram a governança. Em 2025, o comprometimento institucional em prol da educação foi renovado presencialmente, no "Encontro Rondônia pela Educação: Diálogos com as novas gestões municipais", que reuniu gestoras e gestores municipais, além de diversas lideranças institucionais para debater estratégias de fortalecimento da governança interinstitucional na educação.

O momento também marcou o atingimento de 100% de municípios signatários da Carta de Compromissos pela Educação em Rondônia, com adesão de quatro municípios que ainda não haviam integrado essa ação. O documento, proposto pelo Gaepe-RO ainda durante as eleições municipais em 2024, prevê ações para avançar no enfrentamento de desafios estruturais da educação rondoniense

Promovido pela Seduc-RO e pelo Gaepe-RO, com apoio do Articule e do TCE-RO, o evento contou com palestras do MEC, do FNDE, equipes técnicas e lideranças das instituições que compõem o Gaepe-RO. Os debates se concentraram em temas estratégicos para a política educacional do estado.



Com as últimas assinaturas conquistadas no evento, Rondônia tem 100% dos 52 municípios signatários da carta de compromissos proposta pelo Gaepe-RO.

Prioridade: educação de qualidade com equidade

Ao longo de 2025, o Gaepe-RO também debateu outros temas estruturantes, apoiando as gestões municipais na compreensão e no avanço de políticas públicas educacionais.

Dados e informações qualificadas: publicada a Nota Técnica nº 01/2025, que recomenda a coleta qualificada de dados pessoais de responsáveis e crianças no ato da matrícula e do registro em fila de espera para a educação infantil, visando tornar a gestão de vagas mais justa e eficiente; e aborda a necessidade de nova adesão à plataforma de Busca Ativa Escolar do Unicef para o mandato 2025-2028.

Educação inclusiva: debates focaram a transição do modelo médico para o modelo social da deficiência, com o objetivo de eliminar barreiras atitudinais e pedagógicas no ambiente escolar.

Equidade racial: ações buscaram apoiar a implementação da Política Nacional de Equidade Racial na Educação (Pneerq), com ênfase no letramento racial para enfrentar o racismo linguístico no contexto educacional.

Gestão escolar baseada em critérios técnicos e de mérito: diálogo com a Assembleia Legislativa e a Seduc-RO sobre um Projeto de Lei estadual voltado à regulamentação doprovimento de cargos de direção escolar com base em mérito e desempenho.

Educação integral: realizada reunião extraordinária para sanar dúvidas das gestões municipais sobre a Política de Educação Integral em Tempo Integral, do MEC, e emissão de alertas quanto à baixa execução dos recursos disponíveis no estado.

Indicadores de qualidade e financiamento: monitoramento das condicionalidades exigidas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para que as redes de educação estivessem habilitadas ao recebimento do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR); e promovidos diálogos com a Seduc-RO sobre os critérios para distribuição de recursos provenientes de dois instrumentos para premiar municípios que avançam em aprendizagem e redução de desigualdades: a parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços relacionadas aos resultados educacionais (ICMS Educacional) e o Índice de Desempenho Educacional de Rondônia (IDERO). Impulsionado pelo ambiente de colaboração interinstitucional, o TCE-RO desenvolveu um instrumento técnico para auxiliar gestores no planejamento orçamentário.

Políticas docentes: o Gaepe-RO promoveu maior compreensão e adesão dos municípios à Prova Nacional Docente (PND), iniciativa do MEC para subsidiar concursos públicos com maior rigor técnico. Também foram analisadas experiências de valorização docente associadas a resultados de aprendizagem, inspiradas em práticas de Joinville (SC) e dos municípios rondonienses de Santa Luzia d'Oeste e Jaru.

Em 2026, o Gaepe-RO seguirá pautado pela priorização da educação no estado de Rondônia, com foco na articulação de ações que respondam aos desafios colocados na Carta de Compromissos pela Educação em Rondônia, fortalecendo o diálogo e a colaboração como estratégias centrais para a efetividade das políticas educacionais no estado.

Conselheiro Wilber Coimbra, presidente do TCE-RO



"Ao orientar seu propósito para resultados concretos e impacto social, o TCE-RO reafirma que políticas públicas só geram transformação quando são efetivas e voltadas às pessoas. Escrevemos, assim, um novo capítulo virtuoso da história de Rondônia, em que o Tribunal e o Gaepe caminham juntos para acolher a educação como missão pública essencial, apoiando gestores na construção de políticas educacionais mais sólidas, inclusivas, equitativas e capazes de garantir às nossas crianças e jovens oportunidades reais de desenvolvimento e futuro".

Conselheiro Paulo Curi Neto, corregedor e relator do TCE-RO para a temática de educação



"O Gaepe Rondônia é um divisor de águas na minha percepção, tanto para a política educacional quanto para o controle que o Tribunal de Contas exerce. Há um ganho impressionante na confiança dos gestores nos órgãos de controle. Antes, nós éramos vistos com desconfiança; os gestores escondiam seus problemas. A partir do Gaepe, eles passaram a compartilhar conosco suas dificuldades na expectativa de que pudéssemos ser parte da solução"



GAEPE-GO

Do diagnóstico ao orçamento para a infância goiana

Instalado em 9 de julho de 2020, a partir de uma parceria do Articule com o TCE-GO e o TCM-GO, o Gaepe-GO consolidou-se como um espaço permanente de articulação interinstitucional para o enfrentamento dos desafios da educação pública no estado.

O ano de 2025 representou o ápice de um ciclo iniciado em 2023, no qual diagnósticos técnicos sobre a demanda reprimida na educação infantil foram transformados em decisões políticas concretas e, sobretudo, em recursos orçamentários assegurados. Com dados qualificados, pactuação entre Poderes e estratégias bem delineadas, a governança avançou do diagnóstico à viabilização financeira da expansão de vagas, pavimentando o caminho para ampliar, de forma efetiva e sustentável, o atendimento a bebês e crianças em Goiás.

Gaepe-GO

Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação em Goiás

Composição 2025

- Instituto Articule
- Associação Goiana de Municípios (AGM)
- Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego)
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Associação dos Procuradores dos Poderes Legislativo e Executivo dos Municípios do Estado de Goiás (APMEGO)
- Câmara Municipal de Goiânia
- Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)
- Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb em Goiânia (Cacs-Fundeb)
- Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE-GO)
- Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO)
- Federação Goiana dos Municípios (FGM)
- Fórum Goiano de Educação Infantil (FGEI)
- Ministério Público de Contas junto ao TCE-GO (MPC-GO)
- Ministério Público de Contas junto ao TCM-GO (MPC – TCM-GO)
- Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO)
- Secretaria Estadual de Educação de Goiás (Seduc-GO)
- Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCMGO)
- Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO)
- União de Vereadores de Goiás (UVG-GO)
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – Seccional Goiás (Uncme-seccional GO)
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Goiás (Uncme-Goiás)
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Seccional Goiás (Undime-GO)

TEMAS EM FOCO

- **Expansão de vagas na Educação Infantil**
- **Implementação do sistema da Central de Vagas na Educação Infantil**
- **Fortalecimento dos sistemas municipais de educação**

Diagnóstico e ação baseados em evidências

A transformação do cenário da educação infantil em Goiás começou com um diagnóstico articulado pelo Gaepe-GO entre o final de 2023 e o início de 2024. Com participação de 100% dos municípios goianos, um levantamento mapeou a demanda real por vagas, até então invisibilizada em muitas redes. Essa mobilização foi o "pontapé" necessário para sensibilizar o estado sobre a urgência de uma solução estruturada para a primeira infância.

Com o tema no centro da pauta, o embasamento técnico ganhou um novo fôlego no final de 2024, com os resultados do Levantamento Nacional "Retrato da Educação Infantil no Brasil", realizado pelo MEC em parceria com o Gaepe-Brasil. Os dados apontaram quase 46 mil crianças na fila por vagas, a grande maioria (mais de 39 mil) aguardando ser matriculada na creche. Com um diagnóstico em mãos, a governança passou a se mobilizar em torno do desafio financeiro da expansão do atendimento no estado.



Inspirada pela experiência do Gaepe-MT, a governança goiana conduziu, entre abril e agosto de 2025, um estudo técnico inédito de estimativa de custos, com o objetivo de traduzir a demanda social em parâmetros orçamentários concretos, capazes de subsidiar decisões políticas e legislativas. Em setembro, com o refinamento deste estudo, foi apresentada uma estimativa de R$ 2,17 milhões, em uma audiência pública na Alego, articulada pelo TCM-GO e MP-GO.

Como resultado, foram apresentadas três emendas à Lei Orçamentária Anual do estado (LOA) para a inclusão de recursos destinados à educação infantil que, todas rejeitadas. Diante disso, o Gaepe-GO intensificou a articulação com a Seduc-GO, que se comprometeu a destinar R$ 5 milhões para a ampliação de vagas em creches em municípios goianos de pequeno e médio porte.

Investimento em equidade

Passo a passo da articulação por mais recursos para a expansão de vagas de creche.

- **Abril:** deliberação na 50ª reunião ordinária do Gaepe-GO sobre a adoção da metodologia inspirada no Gaepe-MT.
- **Maio:** desenvolvimento técnico conduzido pelo MPC e pelo TCM-GO; apresentação da metodologia preliminar à governança.
- **Agosto:** apresentação do estudo, estimando necessidade inicial de R$ 2,67 bilhões para atender 43.829 crianças.
- **Setembro:** refinamento do modelo, com estimativa final de R$ 2.179.337.086,43, prevendo a construção de 396 novas creches e a ampliação de 23 unidades.
- **Outubro:** realização de Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Goiás. Novembro: articulação com vice-governador para alinhar o apoio do Estado.
- **Dezembro:** compromisso da Seduc-GO com a destinação de R$ 5 milhões para ampliação de creches em municípios de pequeno e médio porte.

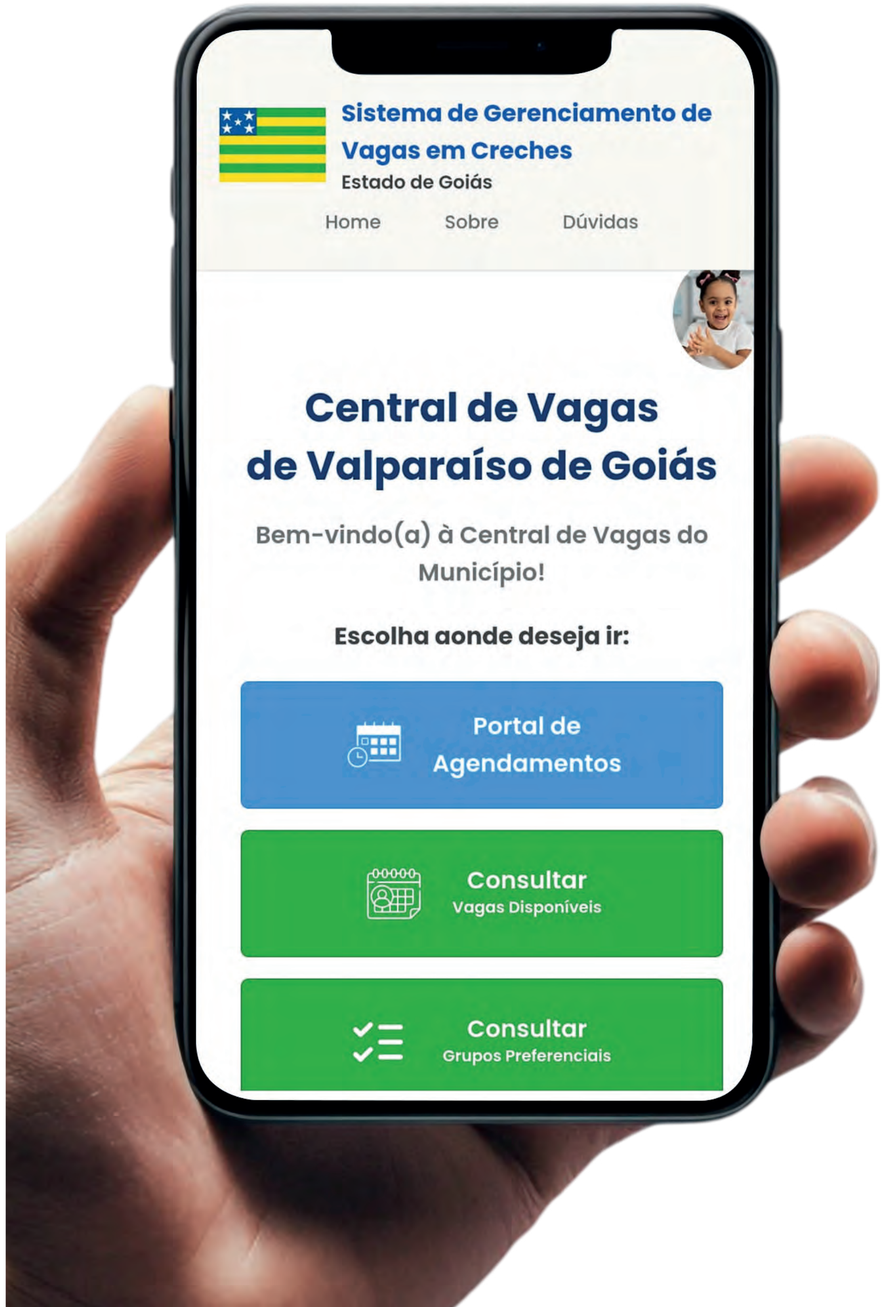
Inovação e transparência na gestão de filas

Paralelamente ao debate sobre financiamento, os diagnósticos evidenciaram um gargalo estrutural: a fragilidade na gestão da demanda por vagas em creches. A edição de 2024 do levantamento nacional Retrato da Educação Infantil no Brasil, mostrou que, entre os municípios goianos:

- **21% utilizavam planilhas eletrônicas para controle da demanda não atendida;**
- **17% ainda recorriam a registros em papel;**
- **12% divulgavam publicamente a lista de espera;**
- **56% não possuíam critérios claros de priorização de vagas.**

Diante desse cenário, o Gaepe-GO definiu a Central de Vagas como prioridade estratégica em 2025. Inspirada na experiência de Rondônia, a iniciativa teria como objetivo ser uma solução digital capaz de unificar cadastros, automatizar a aplicação de critérios de vulnerabilidade e permitir que as famílias acompanhem sua posição na fila em tempo real.

Para apoiar o desenvolvimento da iniciativa, entre agosto e setembro de 2025, o Gaepe-GO realizou o levantamento estadual “Diagnóstico da Estrutura dos Sistemas Municipais de Ensino em Goiás”, que mapeou a infraestrutura das secretarias municipais e o perfil dos conselhos locais. O instrumento incluiu questões específicas sobre controle de filas e planejamento da expansão, orientando de forma precisa onde a implantação da Central de Vagas e o apoio técnico deveriam ser priorizados.



O caminho para a implementação da Central de Vagas em Goiás

Boas práticas da gestão educacional, quando compartilhadas, podem transformar realidades. A Central de Vagas em Creches é uma prova disso.

Ao debater soluções para avançar na equidade e transparência do acesso a creches em Goiás, a experiência de Rondônia teve destaque.

Motivados pela oportunidade de apoiar a gestão da educação infantil e garantir o direito à creche a quem mais precisa, a DPE-GO e o TCM-GO solicitaram às instituições rondonienses a disponibilidade do sistema para implementar a versão goiana da plataforma.

Liderada pela DPE-GO, em parceria com o Instituto Federal de Goiás (IFG), responsável pelo suporte técnico e custeio do desenvolvimento, essa implementação ganhou materialidade no segundo semestre.

Em outubro, o município de Valparaíso de Goiás foi definido como piloto. Em novembro, ocorreu a primeira demonstração técnica do sistema em uma reunião do Gaepe-GO e lançada oficialmente a plataforma, em um evento no dia 11, na Unidade Valparaíso da DPE. O marco final de 2025 foi a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a DPE-GO e a Seduc-GO, em 15 de dezembro, garantindo a disponibilização gratuita da Central de Vagas a todos os municípios goianos.



Lançamento da Central de Vagas: Bruno Malta (DPE-GO); Marcus Machado (TCMGO); Vanessa Goulart Barbosa (MP-GO); João Pedro Garcia (DPE-GO).

Pacto político para o enfrentamento do déficit de vagas

No início de 2025, a governança promoveu o 1º Fórum Gaepe-GO - Compromisso com a Educação Municipal. Realizado no dia 25 de março, o evento teve o objetivo de apoiar gestores na implementação de políticas públicas educacionais, a partir de discussões sobre transparência, financiamento, expansão sustentável de vagas em creches, organização de filas de espera e estratégias para a busca ativa e permanência escolar.

O destaque do encontro foi a assinatura do Pacto Interinstitucional pela Educação em Goiás. Mais do que um gesto simbólico, o pacto formalizou o compromisso conjunto de instituições públicas, órgãos de controle, entidades representativas e sociedade civil com a educação goiana, conferindo densidade política e institucional às ações que se desdobraram ao longo do ano.



Apoio à gestão e diversas frentes

Além da educação infantil, o Gaepe-GO encerrou 2025 com uma agenda multitemática. A governança fortaleceu a Busca Ativa Escolar, mobilizando mais de 170 municípios que ainda não haviam feito sua adesão ao novo ciclo da plataforma do Unicef, por meio de diálogos técnicos e envio de recomendações para as redes municipais.

O Gaepe-GO também lançou o Painel de Monitoramento das Metas dos Planos Municipais de Educação, com indicadores visuais e auditáveis, permitindo o acompanhamento em tempo real do cumprimento do planejamento decenal.

As discussões avançaram também sobre a gestão do ICMS Educacional, conectando resultados pedagógicos e volume de matrículas à capacidade de arrecadação e de investimento municipal, bem como à frequência escolar nos anos finais dos ensinos fundamental e médio.

Em 2025, o Gaepe-GO demonstrou que a articulação interinstitucional é capaz de induzir políticas públicas mais justas e sustentáveis, pavimentando um caminho de fortalecimento do diálogo e da colaboração em 2026.

Conselheiro Sebastião Tejota, presidente em exercício do TCE-GO



“O TCE-GO coloca sua expertise a serviço do aprimoramento da gestão pública e entrega de melhores serviços ao cidadão. Junto ao Gaepe-GO, trabalhamos pelo consenso, pela atuação sinérgica e por uma cultura de decisões baseadas em evidências. Já colhemos frutos desse trabalho, mas almejamos mais, pois a solução dos principais problemas que nos assolam passa pela melhoria das políticas educacionais.”

Conselheiro do TCE-GO, Saulo Mesquita



“O Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no exercício da sua função indutora, tem o dever de impulsionar a gestão pública na entrega de uma política educacional mais efetiva, sendo o GAEPE, neste contexto, uma estratégica instância de governança horizontal que fomenta o debate interinstitucional e viabiliza a criação de instrumentos para aprimoramento da educação em cada município deste Estado.”

Conselheiro Fabrício Motta, coordenador do Gaepe-GO e supervisor da Comissão de Educação (Coeduc) do TCMGO



“O Gaepe tem sido realmente esse espaço de articulação com foco na centralidade do que a Constituição determinou: a união interinstitucional. Nosso desafio inicial foi desconstruir a visão de que era ‘mais uma ação de controle’. Hoje, todas as instituições têm plena consciência de que há ali um fórum, um espaço de diálogo horizontal, onde a complexidade dos diversos pontos de vista enriquece a busca de soluções.”



GAEPE-ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ

Compromisso coletivo para transformar a educação no território

Instalado em 24 de junho de 2022, por meio de parceria entre o Instituto Articule e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA), o Gaepe-Arquipélago do Marajó foi concebido para enfrentar, de forma articulada e territorializada, os desafios históricos da educação nos 18 municípios que compõem o arquipélago.

Em 2025, a governança iniciou seu segundo ciclo, estruturado a partir de compromissos coletivos formalizados no Pacto Interinstitucional pela Educação no Arquipélago do Marajó 2025–2028. O ano foi marcado pela consolidação de resultados e pela implementação de novas ações estruturantes em frentes como destravamento de recursos federais, formação docente para turmas multisseriadas, infraestrutura básica das escolas e a inovadora construção de um plano regional intersetorial de educação, sob a liderança do MEC.

Gaepe-Arquipélago do Marajó

Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação no Arquipélago do Marajó

Composição 2025

- Assembleia legislativa do Pará (ALEPA)
- Associação dos municípios do arquipélago do marajó (AMAM)
- Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Câmara Municipal de Afuá
- Câmara Municipal de Bagre
- Câmara Municipal de Breves
- Câmara Municipal de Curralinho
- Câmara Municipal de Gurupá
- Câmara Municipal de Melgaço
- Câmara Municipal de Oeiras do Pará
- Câmara Municipal de Ponta de Pedras
- Câmara Municipal de São Sebastião da Boa Vista
- Câmara Municipal de Soure
- Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE/IRB)
- Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE-PA)
- Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA)
- Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef)
- Governo do Estado do Pará
- Habitat para a Humanidade Brasil
- Instituto Articule
- Instituto Reúna
- Ministério Público de Contas do Estado do Pará
- Ministério Público de Contas dos Municípios do Pará (MPCM-PA)
- Ministério Público do Estado do Pará (MPPA)
- Ministério Público do Trabalho do Estado do Pará (MPT-PA)
- Prefeitura Municipal de Afuá
- Prefeitura Municipal de Anajás
- Prefeitura Municipal de Bagre
- Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari
- Prefeitura Municipal de Chaves
- Prefeitura Municipal de Curralinho
- Prefeitura Municipal de Gurupá
- Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru
- Prefeitura Municipal de Melgaço
- Prefeitura Municipal de Muaná
- Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará
- Prefeitura Municipal de Portel
- Prefeitura Municipal de Salvaterra
- Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Arari
- Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista
- Prefeitura Municipal de Soure
- Secretaria Regional de Governo do Marajó
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Pará (Sebrae-PA)
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA)
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – seccional Pará (Uncme-PA)
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – seccional Pará (Undime-PA)
- Universidade do Estado do Pará (UEPA)
- Universidade Federal do Pará (UFPA)

TEMAS EM FOCO



- **Articulação Interfederativa**
- **Destravamento de recursos de programas federais**
- **Infraestrutura para a oferta educacional**
- **Plano decenal regional para a Educação**

Fortalecimento da gestão escolar

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um fator importante para fortalecer a gestão escolar, permitindo um grau de autonomia no gasto da escola. Esse tema ocupou posição central nos debates do Gaepe-Arquipélago do Marajó em 2025.

Diagnósticos apresentados pelo FNDE, pelo Cecampe Norte e pelo TCPMA evidenciaram um cenário crítico de suspensões de repasses, motivadas principalmente por pendências cadastrais, inadimplências na prestação de contas e fragilidades na constituição e no funcionamento das Unidades Executoras e dos Conselhos Escolares.

Diante desse quadro, a governança estruturou uma agenda específica de mobilização e apoio técnico, incorporando o Projeto de Reabilitação das Unidades Executoras, desenvolvido pelo FNDE, Cecampe Norte e TCMPA.

A governança teve papel catalisador de ações coordenadas para evitar a perda de recursos do PDDE e fortalecer a autonomia das escolas, apoiando a articulação de visitas técnicas, assessoramentos virtuais, capacitações e força-tarefa interinstitucional com foco na regularização das pendências.

Partindo de diagnósticos e diálogo com as redes de ensino, a ação articulada das instituições garantiu maior acesso à essa política pública, veja abaixo o antes e o depois dessa atuação.

- **Diagnóstico:** 342 escolas do Marajó estavam com repasses do PDDE suspensos em agosto de 2025, totalizando mais de R$ 2,3 milhões em recursos retidos. Além disso, havia mais de 290 suspensões, associadas à inexistência de Unidades Executoras, inadimplências e problemas cadastrais.
- **Ação Articulada:** diminuiu o número de escolas com repasses suspensos de 342 para 238 entre agosto e novembro; levou a resolução de 54% das pendências identificadas, beneficiando mais de 180 mil estudantes.

Pacto 2025–2028: base estratégica do novo ciclo

A agenda de 2025 foi orientada por dois marcos estruturantes:

- O Pacto Interinstitucional pela Educação no Arquipélago do Marajó 2025–2028, assinado por instituições públicas estaduais, municipais e organizações da sociedade civil no lançamento do segundo ciclo da governança;
- Os 20 compromissos pactuados no II Fórum Gaepe-Arquipélago do Marajó (2024), que passaram a guiar o plano de ação da governança.

O lançamento do segundo ciclo reafirmou publicamente o compromisso interinstitucional com metas concretas para o território, consolidando a governança como espaço permanente de coordenação técnica e política.



Formação docente conectada com a realidade local

As turmas multisseriadas representam uma grande parcela das matrículas no Marajó. Por isso, a formação continuada de professores que atuam nesse contexto constituiu uma frente estruturante da agenda de 2025. Em parceria com o Instituto de Educação Matemática e Científica da UFPA e o MEC, foi implementado um curso específico para docentes dos 18 municípios do arquipélago, com acompanhamento direto da governança.

Na primeira etapa, 550 professoras e professores passaram pela formação, concluída em agosto. Uma segunda turma iniciou o curso em setembro, com 505 educadores matriculados e conclusão prevista para março de 2026. Somados, esses docentes representam 65% dos 1.620 professores a serem formados pelo projeto.

O Gaepe acompanhou a execução da formação, apoiou a mobilização das redes e passou a discutir, junto aos parceiros, ajustes no cronograma e estratégias para ampliar a adesão nas etapas seguintes, reconhecendo a centralidade dessa formação para a realidade educacional marajoara.



Cerimônia de encerramento e certificação do Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Turmas Multisseriadas do arquipélago do Marajó em Oeiras do Pará

Retrato das turmas multisseriadas no Marajó

	Anos iniciais do ensino fundamental	Anos iniciais do ensino fundamental	Ensino Médio
Marajó	13%	41%	30%
Pará	7%	27%	17%
Brasil	2%	12%	6%

Fonte: Censo Escolar 2023

Infraestrutura: pré-condição para permanência e aprendizagem

A infraestrutura básica para oferta educacional continuou a ser um dos focos do Gaepe-Arquipélado do Marajó em 2025, com destaque para a retomada de obras paralisadas, a conectividade e a eletrificação das escolas, além do início de um projeto de saneamento básico.

Obras: em articulação com o FNDE, foram acompanhadas as ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, que identificou 133 obras passíveis de retomada no arquipélago, com 67 aprovadas para execução e investimento superior a R$120 milhões.

Conectividade e eletrificação: a governança monitorou pendências que impediam escolas de acessar recursos do Programa de Inovação Educação Conectada, articulando-se com o MEC, o Ministério de Minas e Energia, o Cecampe Norte e o Unicef. Os debates evidenciaram avanços importantes no acesso adequado à internet e à energia elétrica, e provocaram um olhar mais atento para os desafios relacionados à localização geográfica, à capacidade técnica das redes e à adequação das infraestruturas existentes. Ao final

das tratativas de 2025, foi consolidada uma planilha com o mapeamento de escolas e de sistemas comunitários de abastecimento de água ainda não eletrificados e encaminhada ao Ministério de Minas e Energia para incorporação ao planejamento de suas ações no território em 2026.

Água e saneamento: articulado no bojo do Gaepe, nasceu pela Habitat Brasil um projeto piloto para enfrentar a precariedade no abastecimento de água e oferta de saneamento básico nas escolas marajoaras. Com investimentos de R$ 43 milhões – parte desses recursos proveniente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – o projeto piloto focará em 33 escolas públicas, impactando diretamente 1.446 pessoas, entre estudantes e profissionais da educação. As intervenções incluem a instalação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a construção e reforma de banheiros e a perfuração de poços artesianos

A atuação do Gaepe foi decisiva para dar visibilidade a escolas que não estavam contempladas em programas federais, apoiar a atualização cadastral e induzir soluções integradas para energia, água e conectividade, reconhecendo essas dimensões como pré-condições para a permanência e a aprendizagem dos estudantes.

Conectividade e energia elétrica nas escolas do Marajó

Acesso à internet e conectividade

- Em setembro de 2025, 273 das 1.354 escolas do arquipélago (20%) atendiam aos parâmetros de qualidade de conectividade, como a de velocidade mínima de 1 Mbps por estudante. Embora ainda baixo, o percentual representa crescimento de 41% em relação a dezembro de 2023.
- Seis municípios alcançaram 100% da meta de instalação de medidores de conectividade escolar estabelecida pelo Unicef: Bagre, Curralinho, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras e Santa Cruz do Arari.
- A meta pactuada é que 100% das escolas que declararam possuir internet tenham o medidor instalado até 28 de novembro de 2025.





Energia elétrica

- O número de escolas com energia proveniente de rede pública ou fonte renovável passou de 501 unidades em 2023 para 772 unidades em julho de 2025.
- 73 escolas que não estavam contempladas pelo programa federal Luz para Todos foram identificadas, por articulação do Gaepe.
- Para conectar 85 escolas ainda sem fornecimento de energia no arquipélago, o Ministério de Minas e Energia iniciou uma articulação, em parceria com o MEC e o Gaepe, para agilizar as solicitações junto à concessionária local.

Todos esses dados foram apresentados pelo MEC e MME em reunião da governança.

Um plano para chamar de nosso

Antecipando os desdobramentos do novo Plano Nacional de Educação, o Marajó iniciou a construção do primeiro Plano Regional Intersetorial de Educação do país, em cooperação com Diretoria de Articulação Intersetorial, ligada à Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase/MEC) e uma rede de apoio composta por Articule, TCM-PA, Undime-PA, Uncme-PA e Seduc-PA.



Encontro com representantes do TCMPA, MEC e municípios do Marajó com foco no Plano Regional Intersetorial de Educação.

O processo envolveu oficinas presenciais com participação das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, Agricultura Familiar/Meio Ambiente e pastas correlatas, além de representantes das instituições que integram o Gaepe-Arquipélago do Marajó. Essas oficinas ocorreram em quatro polos, nos quais foram organizadas a participação de todos os municípios marajoaras: Curralinho, Soure, Breves e Belém.

A governança atuou na mobilização dos municípios, na articulação da rede de apoio e na organização de oficinas territoriais, fortalecendo uma abordagem regional integrada e intersetorial para o planejamento educacional.

Resultado se faz com continuidade

Em 2026, a prioridade do Gaepe-Arquipélago do Marajó é dar continuidade às ações necessárias para o cumprimento dos compromissos pactuados até 2028. A governança seguirá atuando como espaço de coordenação permanente entre controle externo, municípios, universidades e sociedade civil, assegurando que o compromisso coletivo firmado se traduza em resultados concretos para crianças, adolescentes e jovens do território.

Conselheira Ann Pontes, presidente da câmara especial do TCMPA



Neste ano pudemos perceber com clareza o engajamento dos gestores municipais e o poder de mobilização da sociedade civil, quando ela passou a ver no Tribunal de Contas dos Municípios do Pará um parceiro para melhorar a qualidade de vida das crianças marajoaras. Iniciamos esse novo ciclo do Gaepe com a expectativa de continuar com esse engajamento e envolvimento, já que as demandas do Arquipélago do Marajó são gigantescas e multifacetadas. Concluímos 2025 com a missão de manter a motivação desse grupo cumprida e renovamos nossa aposta em resultados ainda mais promissores em 2026.

Conselheira ouvidora Mara Lúcia, do TCMPA



Os impactos positivos resultantes da atuação do Gaepe em 2025 foram essenciais para promover mais celeridade no ganho de efetividade das políticas públicas para a educação municipal no Marajó. Todas as articulações em diferentes esferas e com diferentes setores, aliadas ao monitoramento contínuo das ações e situação dos municípios nas diversas pautas, contribuíram para que fossem viabilizadas soluções intersetoriais de maneira mais ágil, respondendo, assim, à urgência no enfrentamento dos desafios da região.



Crédito: Diego Rodrigues/MPC

GAEPE-MT

Mato Grosso consolida ações para expansão de vagas em creches

Instalado em 24 de outubro de 2022, por meio de uma parceria do Instituto Articule e o TCE-MT, o Gaepe-MT consolidou, em 2025, a transição do planejamento para a prática. O ano foi marcado pelo aprofundamento de temas estruturantes, como a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e, sobretudo, pela concretização de ações voltadas à expansão de vagas em creches.

A governança promoveu entregas reais, simbolizadas pela inauguração da creche em Poconé — a primeira obra retomada e finalizada com recursos que são fruto de articulações iniciadas em anos anteriores.

Gaepe-MT

Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação em Mato Grosso

Composição

- Instituto Articule
- Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT)
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM)
- Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social (Coegemas-MT)
- Comitê Técnico da Educação – Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)
- Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems-MT)
- Conselho Estadual da Educação do Mato-Grosso (CEE-MT)
- Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPMT)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)
- Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT)
- Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso (MPC-MT)
- Secretaria de Estado da Educação do Mato Grosso (Seduc-MT)
- Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT)
- Tribunal de Justiça (TJ-MT)
- União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso (Ucmmat)
- União dos Conselhos Municipais de Educação – seccional Mato Grosso (Uncme-MT)
- União dos Dirigentes Municipais de Educação -seccional Mato Grosso (Undime-MT)
- Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

TEMAS EM FOCO

- **Expansão e Financiamento da Educação Infantil**
- **Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**
- **Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs)**

Financiando o direito à Educação Infantil

Um marco simbólico para o Gaepe-MT em 2025 foi a conclusão da obra de uma creche municipal em Poconé, que proverá 179 novas vagas na etapa, sendo a primeira entrega realizada com recursos do Fundo Estadual de Apoio à Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (FMTE). Ligado à Seduc-MT e com foco em planejamento e parceria entre estado e municípios, o fundo é responsável pela distribuição de verbas determinadas para a educação infantil municipal pelas leis orçamentárias do estado.

A nova unidade em Poconé tornou palpável um trabalho iniciado em 2023, com a articulação da governança junto ao Legislativo e ao Executivo estaduais para a inclusão da educação infantil no Plano Plurianual (PPA) de 2024 a 2027. O esforço resultou em uma previsão total de R$140 milhões para a construção e ampliação de creches, distribuídos ao longo do período.

No início do ano, a Seduc-MT lançou um edital para selecionar municípios que receberiam os repasses – Poconé estava entre eles. Diante da alta procura por parte das gestões municipais, o TCE-MT e o Gaepe-MT, sob a liderança do conselheiro Antônio Joaquim, presidente da Comissão Permanente de Educação e Cultura do TCE-MT (Copec), articularam junto à Seduc-MT a ampliação do investimento previsto para 2025, no valor de R$ 40 milhões, para R$ 80,9 milhões no biênio 2025/2026. Esse aporte permitiu lançar um novo edital mais ambicioso, que não se limitou a retomar obras paradas, mas também a

financiar a construção de 23 novas creches. Segundo o Governo Estadual, isso resultará em 10 mil novas vagas na educação infantil no estado.

Como havia obras paralisadas que tinham sido iniciadas com recursos do Governo Federal, a governança atuou junto ao FNDE para garantir segurança jurídica para que os municípios utilizassem os recursos estaduais na sua finalização, sem prejuízo à regularidade fiscal junto à União. Foi realizada uma série de reuniões técnicas entre FNDE e os municípios, com representantes da AMM, visando sanar dúvidas dos gestores, que subsidiaram a proposta de uma Nota Técnica do órgão a ser divulgada em 2026.

Compromisso político renovado pela educação infantil

O ano de 2025 teve início com um marco simbólico e político relevante. Em fevereiro, durante o 1º Encontro Mato-Grossense de Municípios, as instituições que compõem o Gaepe-MT assinaram a renovação do Pacto Interinstitucional pela Educação na Primeira Infância, reafirmando a prioridade absoluta da criança na agenda pública institucional. O ato reforçou a prioridade absoluta da criança na agenda pública e garantiu que a cooperação entre os poderes continuasse sendo a bússola para os trabalhos do ano.

Inteligência de dados orientam a expansão

Para saber em quais regiões e de que forma seria melhor expandir vagas para educação infantil, o Gaepe-MT atualizou o Diagnóstico Estadual 2025, que alcançou a participação das 142 redes municipais do estado.

Ao identificar inconsistências nos dados e critérios excludentes (como a exigência de idade mínima para matrícula), o Gaepe-MT desenvolveu ferramentas corretivas:

- **Padronização das respostas:** a governança criou o Manual Orientativo e realizou tutoriais online para harmonizar o entendimento técnico das secretarias sobre informações que o levantamento visava coletar.
- **Indução de política:** o TCE-MT utilizou os dados para construir a Matriz de Risco, que revelou que 90% da fila estava concentrada em apenas 16 municípios.
- **Correção de rumo:** Com base na matriz, o TCE-MT emitiu a Nota Recomendatória Copec nº 002/2025, orientando gestores quanto a estratégias para expansão do atendimento, eliminação da idade mínima para matrícula, que é inconstitucional, e a adoção de critérios de priorização objetivos — algo que 48% das redes ainda não faziam.

O resultado desse esforço que coordenou financiamento, segurança jurídica e gestão baseada em evidências se refletiu na redução da demanda não atendida, que era de 14.883 crianças, em 2023, e passou a ser 10.263, em 2025.

Planejamento, orçamento e equidade

Compreendendo que a expansão de vagas deve estar ancorada em planejamento de médio e longo prazo, o Gaepe-MT promoveu, em agosto de 2025, o seminário on-line Planejamento Intersetorial para a Primeira Infância: Planos Municipais e Orçamento no PPA.

Realizado em parceria com o Unicef, a Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal e as Comissões de Educação (Copec) e Saúde (Copsas) do TCE-MT, o evento apoiou gestores municipais na inclusão da primeira infância nos Planos Plurianuais (PPA) e no fortalecimento dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI).

Destaques do debate

- **Orçamento:** para que o déficit de vagas seja superado de forma definitiva, a educação infantil deve ser tratada como um investimento essencial e prioritário, e não apenas como um gasto administrativo.
- **Equidade étnico-racial:** a expansão de vagas precisa ser orientada por diagnósticos locais que identifiquem e enfrentem desigualdades estruturais desde a base.
- **Educação especial na perspectiva inclusiva:** é essencial assegurar que a escola esteja preparada para acolher, manter e garantir aprendizagem, a todos os perfis de estudantes.

Avançando na educação especial na perspectiva inclusiva

Para aprofundar o debate sobre a inclusão nas escolas mato-grossenses, o Gaepe-MT buscou diagnosticar como as redes de educação do estado tratavam esse tema.

Já no processo de coleta de dados o Grupo de Trabalho de Educação Inclusiva da governança articulou a elaboração de um instrumento para nivelar o conhecimento técnico dos gestores sobre o tema. Desenvolvido pelo TCE-MT, foi lançado o Glossário da Diversidade, Equidade e Inclusão, além de manuais e tutoriais para orientar as redes. Simultaneamente, a governança articulou a entrada da UFMT no grupo, trazendo a expertise acadêmica para qualificar o planejamento das ações.

Finalizado em maio com a participação de 100% dos municípios, o levantamento apontou a prática de segregação de estudantes com deficiência em 30% das redes e a exigência indevida de laudo médico para acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), em 56%.

Os dados do levantamento induziram ações para mudar esse cenário, entre elas:

- O TCE-MT emitiu uma Nota Recomendatória (Copec nº 003/2025) com 13 diretrizes focada principalmente no combate à exigência ilegal de laudo médico para acesso ao AEE.
- Pactuação de uma Nota Técnica Conjunta, unificando as orientações das 19 instituições parceiras com base nas evidências colhidas.

Agenda multissetorial e multitemática

O Gaepe-MT encerrou 2025 com uma agenda multissetorial que priorizou o fortalecimento das instâncias de controle social e a permanência escolar.

A governança agiu prontamente em defesa da autonomia dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs), por meio da publicação da Nota Técnica nº 01/2025, que alertou municípios para que essas instâncias tenham a infraestrutura e o orçamento necessários para exercer seu papel fiscalizador.

O Gaepe-MT também liderou uma mobilização para adesão dos municípios ao Selo Unicef que chegou 113 municípios, integrando equipes de educação, saúde e assistência social na estratégia Busca Ativa Escolar.

Todas essas frentes consolidaram um 2025 de entregas estruturantes e fortalecem a atuação da governança para que, em 2026, ela possa avançar na continuidade das ações já iniciadas e na implementação de novos encaminhamentos baseados nos desafios da educação mato-grossense.

Conselheiro Antonio Joaquim, presidente da Comissão Permanente de Educação e Cultura (Copec) do TCE-MT



"A inclusão de recursos para creches no orçamento estadual só foi possível pela atuação interinstitucional. Uma instituição isolada, fosse o Tribunal de Contas ou qualquer outra, não conseguiria mobilizar a Assembleia Legislativa para alterar as leis orçamentárias. Portanto, a ideia do Gaepe é simples: juntar as instituições para focar e dar executoriedade às políticas públicas. Com essa atuação realmente focada, não há governador nem Assembleia que resista ao debate"



GAEPE-PI

Governança técnica para fortalecer políticas educacionais no estado

O Gaepe-PI foi instalado em 21 de março de 2023, em parceria com o TCE-PI, como uma ponte entre instituições públicas estaduais, gestões municipais e sociedade civil.

Em 2025, a governança concentrou esforços na indução de melhorias estruturantes, com destaque para a institucionalização da Busca Ativa Escolar, o aprimoramento do preenchimento do Censo Escolar e o fortalecimento de mecanismos técnicos voltados à garantia de direitos educacionais. A atuação foi marcada pela produção de notas técnicas, mobilização das redes municipais e alinhamento entre órgãos de controle, gestão pública e instâncias do sistema de justiça.

Gaepe-PI

Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação no Piauí

Composição

- Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi)
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)
- Conselho Estadual de Educação do Piauí (CEE-PI)
- Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE-PI)
- Instituto Articule
- Ministério Público de Contas do Estado do Piauí (MPC-PI)
- Ministério Público Estadual do Piauí (MPPI)
- Secretaria de Estado da Educação do Piauí (Seduc-PI)
- Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Piauí (SINTE-PI)
- Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI)
- Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI)
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – seccional Piauí (Uncme-PI)
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – seccional Piauí (Undime-PI)

TEMAS EM FOCO



- **Busca Ativa Escolar (BAE)**
- **Censo Escolar e fidedignidade de dados**
- **Educação integral**

Busca Ativa Escolar como política pública permanente

O enfrentamento da evasão e do abandono escolar esteve no centro da agenda da governança. Mais do que discutir casos pontuais, o Gaepe-PI atuou para consolidar a Busca Ativa Escolar (BAE)| como política pública permanente, integrada às rotinas administrativas das redes.

Para combater a exclusão escolar, a governança aprofundou o olhar sobre essa estratégia, desenvolvida pelo Unicef e pela Undime, para identificar e matricular crianças e adolescentes que estão fora da escola. A cada início de mandato municipal, a secretaria de educação deve aderir à plataforma, mesmo que a gestão anterior já a utilizasse.

No Piauí, a governança identificou que 155 municípios ainda não haviam concluído a adesão ao novo ciclo da BAE. Adicionalmente, dados da própria plataforma revelaram mais de 10 mil crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola no estado, com maior concentração na faixa etária de 15 a 17 anos. Essas informações impulsionaram uma mobilização para reverter esse cenário.

Para fortalecer a BAE, o Gaepe-PI buscou referências de integração de dados no próprio território, como o Aplicativo Piauí Primeira Infância — desenvolvido pela Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí (ETIPI), no âmbito do programa estadual Pacto pelas Crianças. As discussões indicaram que a interoperabilidade é elemento essencial: ao cruzar dados da saúde e da assistência social, a gestão pública passa a visualizar a vulnerabilidade de forma intersetorial, permitindo a construção de estratégias mais sistêmicas.

Esse processo de diagnóstico e busca de soluções integradas resultou na Nota Técnica nº 01/2025, que recomendou aos gestores municipais, entre outras diretrizes:

1. A adesão à BAE e seu uso sistemático como ferramenta fundamental para o enfrentamento da evasão e da exclusão escolar nos territórios, com equipe adequada dedicada à sua implementação.
2. A articulação intersetorial e o cruzamento de dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), garantindo insumos para a priorização de ações focalizadas em grupos em situação de maior vulnerabilidade social.
3. O acompanhamento da permanência escolar e o monitoramento da implementação da BAE, com apoio dos conselhos municipais de educação.



Censo Escolar: precisão como condição de equidade

O Gaepe-PI também atuou para garantir segurança no financiamento das redes e na efetiva execução do orçamento educacional, fomentando o aprimoramento do preenchimento do Censo Escolar — principal instrumento para o cálculo de repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e de outros programas federais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate).

A reunião que teve como pauta o Censo Escolar registrou o maior quórum da governança: 110 participantes, entre gestores e equipes técnicas, mobilizaram-se para ouvir a coordenação do Inep sobre a responsabilidade ética e técnica no preenchimento das informações.

Esse debate foi a semente da Nota Técnica nº 02/2025, que apresentou diretrizes para assegurar que os dados declarados reflitam a realidade das salas de aula, garantindo o repasse correto de recursos e evitando que inconsistências resultem na exclusão de escolas de programas federais.

Destravando a política de educação integral

Ainda no eixo orçamentário, mas agora com foco na política de educação integral, a governança identificou inseguranças das gestões municipais quanto à execução dos recursos do Programa Escola em Tempo Integral, do MEC.

Segundo dados do próprio Ministério, 15% dos municípios piauienses ainda não haviam utilizado os recursos do programa, e outros 33% haviam executado menos de 60% do montante disponível.

Para apoiar as redes, o Gaepe-PI promoveu, em junho, uma reunião "Tira-Dúvidas", com a participação direta de técnicos do MEC e do FNDE. O encontro forneceu esclarecimentos sobre despesas autorizadas, como infraestrutura e equipamentos, além de orientar sobre prazos de execução.

Com essa iniciativa, a governança contribuiu para ampliar a segurança jurídica das gestões municipais e fomentar a execução mais efetiva dos recursos destinados à educação integral, fortalecendo a capacidade de investimento das redes.

Transformando normas em práticas

Em 2025, o Gaepe-PI buscou fortalecer a colaboração entre as instituições do estado e os municípios, com foco no apoio para que municípios pudessem responder mais efetivamente a questões normativas e processuais. Ao converter diagnósticos técnicos em suporte prático para a gestão, a governança cumpriu seu papel de assegurar que o diálogo e a segurança jurídica se traduzam em avanços reais para todas as crianças piauienses.



Conselheiro Kennedy Barros, presidente do TCE-PI

"A atuação conjunta no Gaepe-PI reforça o papel do Tribunal de Contas do Estado do Piauí como indutor de políticas públicas mais eficientes. Ao apoiar a educação, fortalecemos a cidadania e garantimos que os recursos sejam aplicados de forma efetiva e responsável."



GAEPE-RN

Uma nova jornada da educação potiguar

O ano de 2025 marcou o início das atividades do Gaepe-RN. Instalado oficialmente em 17 de março, em uma parceria do Articule e do TCE-RN, a governança reúne mais de 30 instituições em torno de um mesmo compromisso: fortalecer a educação pública potiguar.

Em 2025, o Gaepe-RN concentrou sua atuação em duas frentes: a consolidação da política de educação integral em tempo integral e o fortalecimento da agenda de educação infantil. A governança buscou apoiar os municípios na execução segura de recursos federais, qualificar o planejamento local e oferecer diretrizes técnicas para expansão do atendimento com qualidade e equidade.

Gaepe-RN

Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação no Rio Grande do Norte

Composição

- Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN)
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Arquidiocese de Natal
- Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)
- Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social do Rio Grande do Norte (Coegemas-RN)
- Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (CEE/RN)
- Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte (Cosems-RN)
- Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte (CES/RN)
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Norte (Consec/RN)
- Conselho Regional de Biblioteconomia da 15ª Região (CRB15)
- Controladoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte (Control-RN)
- Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPERN)
- Federação das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte (Fecam-RN)
- Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern)
- Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomércio-RN)
- Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (Femurn)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)
- Governo do Estado do Rio Grande do Norte
- Instituto Articule
- Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)
- Ministério Público de Contas do Rio Grande do Norte (MPC-RN)
- Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN)
- Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (Seec-RN)
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (Sebrae-RN)
- Subcoordenadoria de Vigilância Sanitária do Rio Grande do Norte (Suvisa-RN)
- Tribunal de Contas da União – Secretaria do Rio Grande do Norte (TCU/RN)
- Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN)
- Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN)
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Seccional do Rio Grande do Norte (Undime/RN)
- União dos Conselhos Municipais de Educação – Seccional do Rio Grande do Norte (Uncme/RN)
- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern)
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
- Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)

TEMAS EM FOCO



- **Educação Integral em Tempo Integral**
- **Educação Infantil**
- **Fortalecimento dos sistemas e conselhos municipais de educação**

Educação integral: da adesão à execução qualificada

A política de educação integral ocupou posição central na agenda do Gaepe-RN em 2025. A governança identificou inseguranças técnicas e dúvidas operacionais por parte dos gestores municipais quanto à execução dos recursos do Programa Escola em Tempo Integral, que ocasionavam baixos índices de utilização dos recursos.

Dados apresentados durante as reuniões evidenciaram que 15% dos municípios potiguares ainda não haviam executado recursos do programa, enquanto 33% haviam utilizado menos de 60% do montante disponível. Esse cenário indicava risco de subexecução orçamentária e possível comprometimento da ampliação da oferta.

Para enfrentar o problema, o Gaepe-RN articulou uma série de ações:

- Realização de uma reunião extraordinária com o MEC (14/05) para esclarecer pendências técnicas e dúvidas sobre o uso dos recursos;
- Organização de um plantão exclusivo de tira-dúvidas com o MEC (05/06), voltado à execução financeira dos municípios;
- Criação de um Grupo de Trabalho, que realizou um levantamento detalhado com participação dos 167 municípios potiguares, subsidiando o planejamento de ações de apoio técnico.
- Elaboração de uma Nota Técnica que dispõe sobre diretrizes para a implementação e aprimoramento da educação integral em tempo integral no Rio Grande do Norte, a ser publicada em 2026.

No segundo semestre, os resultados começaram a aparecer: o percentual de municípios que utilizaram 100% dos recursos disponíveis subiu de 12%, em maio, para 59%, em outubro. Enquanto, em maio, 57% dos municípios haviam utilizado menos de 60% dos recursos, em outubro, apenas 11% das redes municipais se encontravam nesse status.

Um pacto pela educação no Rio Grande do Norte

A jornada do Gaepe-RN começou ainda em 2024 com planejamento e alinhamentos interinstitucionais. Em fevereiro de 2025, o TCE-RN e o Instituto Articule coordenaram uma série de reuniões com a participação de representantes do Judiciário, órgãos do Executivo, Legislativo, Ministerio Publico, Defensoria Publica, conselhos de educacao, universidades e entidades da sociedade civil, que viriam a compor a governança.

Em 17 de março, o Gaepe-RN foi oficialmente instalado, em um evento simbólico que teve como ponto central o "Pacto pela Educação", documento assinado por mais de 30 instituições, que formaliza o compromisso coletivo de atuação para a melhoria da educação pública em todo o estado. Realizado na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em Natal, o evento contou com apoio do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN).



Educação infantil: planejamento com foco em qualidade e equidade

De acordo com a edição de 2024 do Levantamento Nacional Retrato da Educação Infantil no Brasil, 6,1 mil crianças aguardavam por vagas em creche no Rio Grande no Norte, e apenas 14% dos municípios do estado possuíam critérios claros de priorização de matrículas. Diante desse diagnóstico preocupante, o Gaepe-RN lançou a Nota Técnica nº 01/2025.

O documento estabelece diretrizes para que as prefeituras organizem suas filas de espera com transparência, critérios objetivos e foco na vulnerabilidade social. Complementada pelo Guia de expansão qualificada de vagas na educação infantil, desenvolvido pelo Articule, essa entrega oferece às redes municipais o suporte necessário para planejar o crescimento do atendimento com responsabilidade orçamentária, transformando a gestão de vagas em uma política de equidade.

Fortalecimento dos Sistemas Municipais de Ensino

O fortalecimento dos Sistemas Municipais de Ensino (SME) e seus respectivos Conselhos (CME) também entrou em pauta.

O desafio é grande: em 2025, apenas 55 municípios potiguares possuíam essa estrutura própria e ativa, o que gera lacunas na gestão e sobrecarrega o estado.

Para virar esse jogo, a governança iniciou o desenvolvimento de uma Nota Técnica – a ser concluído em 2026 – cujo objetivo é servir de guia prático para que as prefeituras estruturem seus Sistemas e deem força aos seus Conselhos, garantindo que a política pública aconteça com autonomia e controle social.

Radar de pautas estruturantes

O Gaepe-RN manteve no radar pautas essenciais para o fluxo e a infraestrutura das redes. A governança fomentou estratégias de Busca Ativa Escolar (BAE) e de combate à distorção idade-série, com foco em programas como o Avexadas para Aprender, para que o direito à aprendizagem caminhe junto com a permanência na escola.

No campo da infraestrutura, a governança atuou como uma ponte técnica para destravar obras escolares junto ao FNDE, mobilizando municípios para agilizar pendências e converter burocracia em construções finalizadas.

Esse olhar atento a múltiplas frentes mostra que o Gaepe-RN não apenas resolveu urgências, mas construiu a base necessária para que, em 2026, a educação potiguar chegue ainda mais longe. O trabalho segue em frente, com o compromisso de transformar cada acordo firmado em realidade para cada criança e jovem do estado, especialmente os que mais precisam.

Conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes, presidente do TCE-RN



“A parceria do Tribunal com o Articule para a instalação do Gaepe-RN fortalece o papel do Tribunal de Contas na indução de políticas públicas mais efetivas. Ao promover o diálogo e a colaboração interinstitucional, essa iniciativa aprimora condições para que a gestão educacional seja mais eficiente, transparente e orientada por resultados. Assim, conseguimos, enquanto instituições republicanas, responder melhor às demandas da população e assegurar que os recursos públicos sejam aplicados com responsabilidade e foco na garantia de direitos.”

Conselheiro do TCE-RN, Gilberto Jales



O Gaepe-RN representa, hoje, um ponto de convergência institucional no estado. O maior avanço alcançado em 2025 foi a consolidação de uma rede em que as instituições se reconhecem como parceiras e sabem que podem contar umas com as outras para enfrentar os desafios da educação. Cada órgão cumpre seu papel legal, mas também apoia os demais, fortalecendo uma atuação articulada. Estamos aprendendo a trabalhar em rede, somando esforços e experiências. Essa mobilização coletiva é o que nos permitirá avançar, com mais consistência, na construção de soluções para a educação do Rio Grande do Norte.

Apoiadores Institucionais

Fundação itaú

FUNDAÇÃO Lemann

Hesketh advogados

INSTITUTO UNIBANCO

Parceiros de Projetos

ATRICON

Instituto Rui Barbosa
A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas

TODOS PELA EDUCAÇÃO

CRA-SP
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO
A SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO

Articule

Diálogo e Colaboração
pela Equidade